MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

RIO DE JANEIRO – 2017

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Autarquia está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017, e das instruções contidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

RIO DE JANEIRO – ABRIL DE 2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AFA – Academia da Força Aérea
BCA – Boletim do Comando da Aeronáutica
CECOMSAER – Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CEF – Caixa Econômica Federal
CENCIAR - Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CFIAe – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CFOE – Curso de Formação de Oficiais Especialistas
CGU – Controladoria-Geral da União
COMAR – Comando Aéreo Regional
COMAER – Comando da Aeronáutica
COMGEP – Comando-Geral do Pessoal
CPEA – Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DN – Decisão Normativa
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica
EEAR – Escola de Especialistas de Aeronáutica
EAOF - Estágio de Adaptação de Oficiais Especialistas da Aeronáutica
EMAER – Estado Maior da Aeronáutica
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
GAP-RJ – Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro
ICA – Instrução do Comando da Aeronáutica
IN – Instrução Normativa
ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LAI – Lei de Acesso a Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCA – Manual do Comando da Aeronáutica
MPA – Macroprocesso de Apoio
MPF – Macroprocesso Finalístico
NSCA – Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
NS – Norma de Serviço
OCI – Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEMAER – Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNR – Próprio Nacional Residencial
PTA – Programa de Trabalho Anual
RDAER – Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
RGI – Registro-Geral de Imóveis
SCCI – Sistema de Controle de Crédito Imobiliário
SEFA - Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SILOMS – Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços
SISPAT – Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SOF - Secretaria do Orçamento Federal
SPU – Sistema do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1.1.3 – Valores Organizacionais 11
Figura 1.4 - Organograma 13
Quadro A.1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas 15
Quadro A.1.5 – Macroprocessos Finalísticos 15
Figura 1.5.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01 16
Figura 1.5.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02 18
Figura 1.5.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03 19
Figura 1.5.4 – Fluxograma Manutenção da Solidez Econ.-Financ. – MPF 04 20
Quadro A.1.6 – Macroprocessos de Apoio 21
Figura 1.6.1 – Fluxograma Informações Gerenciais – MPA 01 21
Tabela II – Previsões de Lançamentos 26
Figura 2.1.2 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe 27
Quadro A.2.2.1.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 29
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis 29
Quadro A.2.2.1.1.2 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 29
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado -Precatórios 29
Quadro A.2.2.1.1.3 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 30
Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica 30
Identificação da Ação 30
Quadro A.2.2.1.1.4 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 31
Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis 31
Quadro A.2.2.1.1.5 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 32
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna 32
Quadro A.2.2.1.1.6 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 32
Reserva de Contingência 32
Quadro A.2.2.1.1.7 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 33
Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Servidores Públicos Federais 33
Quadro A.2.2.1.1.8 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 34
Administração da Unidade 34
Quadro A.2.2.1.1.9 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 34
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares 34
Quadro A.2.2.1.1.10 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 35
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares 35
Quadro A.2.2.1.1.11 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS 35
Pagamento do Pessoal Ativo da União 35
Quadro A.2.4.1 – Despesas por Modalidade de Contratação 37
Quadro A.2.4.3 – Despesas com Publicidade 38
Quadro A.2.6.1 – Indicador de Desempenho (Periodicidade: Anual) 38
Quadro A.2.6.1.1 – Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido 39
Quadro A.2.6.1.2 – Indicador Financeiro – Inadimplência 39
Quadro A.2.6.1.3 – Indicador Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas 39

Figura 2.6.1 – Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais....40
Quadro A.2.6.2 – Indicadores de Desempenho (Periodicidade: Anual)....41
Quadro A.2.6.2.1 – Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unidades habitacionais – Sulacap – RJ....41
Quadro A.2.6.2.2 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unidades habitacionais – Belém – PA....41
Quadro A.2.6.2.3 – Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unidades habitacionais – Fortaleza – CE....42
Quadro A.2.6.2.4 Empreendimento Residencial Canoas – 160 unidades habitacionais – Canoas – RS....42
Figura 3.1 – Instâncias de Governança....43
Quadro A.4.1.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe....48
Quadro A.4.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva....48
Quadro A.4.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ....49
Quadro A.4.1.1.4 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho - 2016....50
Quadro A.4.1.1.5 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Faixa Etária....50
Quadro A.4.1.1.6 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Nível de Escolaridade....51
Quadro A.4.1.1.7 – Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe....51
Quadro A.4.1.3.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo....51
Quadro A.4.1.3.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho....52
Quadro A.4.1.3.3 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação....52
Quadro A.4.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade....53
Quadro A.4.1.4.2 – Composição do Quadro de Estagiários....53
Quadro A.4.3.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2016....56
Tabela III - Situação Econômico-Financeira....61
Quadro 6.3 – Despesas em 2016 - Geral....62
Figura 6.3 – Apuração de Custos em 2016 por setor da Autarquia....62
Tabela I – Situação dos Empreendimentos....65
Quadro A.8.2 – Despesas do pessoal....66
Quadro A.8.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa....67
Quadro A.8.4.1 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....69
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....70
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....71
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....72
Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....73
Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....74
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....75
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....76
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....77
Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....78
Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....79
Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas....80
Quadro A.9.5.1 - Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac....85
Quadro A.9.5.2 - Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores....85
Quadro A.9.5.3– Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP....86
Quadro A.9.5.5.1 - Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis....86

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Situação dos Empreendimentos 65
8.2. Despesas com Pessoal 66
8.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa 67
8.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas 69

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES 3
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS 4
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES 6
APRESENTAÇÃO 10
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE 11
1.1.Finalidades e Competências 11
1.2.Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da CFIAe 12
1.3.Ambiente de Atuação 12
1.4.Organograma 13
1.5.Macroprocessos Finalísticos 15
1.6. Macroprocessos de Apoio 21
1.7. Principais Parceiros 22
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL 23
2.1. Planejamento Organizacional 23
2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício 23
2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico 25
2.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos 28
2.1.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos 28
2.2. Desempenho Orçamentário 29
2.2.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade 29
2.2.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário 36
2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos 37
2.3.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal para análise das prestações de contas 37
2.4. Informações sobre a Execução das Despesas 37
2.4.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação 37
2.4.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa 37
2.4.3. Despesas com Publicidade 38
2.5. Suprimento de Fundos 38
2.6. Desempenho Operacional 38
2.6.1. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho 38
3 GOVERNANÇA 43
3.1. Descrição das Estruturas de Governança 43
3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados 44
3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna 44
3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos 45
3.4.1. Sistemas de Correição 45
3.5. Gestão de Riscos e Controles Internos 46
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 48
4.1. Gestão de Pessoas 48
4.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade 48

4.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal 51
4.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal....51
4.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários 53
4.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura....54
4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União....54
4.2.2. Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Políticas ou Privadas 54
4.2.3. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros 54
4.3. Gestão da Tecnologia da Informação 55
4.3.1. Principais Sistemas de Informações 55
4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 56
4.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade....56
4.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação dos Serviços ou Obras 56
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 58
5.1. Canais de Acesso do Cidadão....58
5.2. Cartas de Serviços ao Cidadão 58
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos - Usuários 58
5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade 58
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS....60
6.1. Desempenho Financeiro no Exercício....60
6.1.1 Acompanhamento orçamentário durante o exercício 60
6.1.2 Acompanhamento de Receitas e Despesas da CFIAe durante o exercício 60
6.1.3 Análise Crítica....60
6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos 61
6.3. Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da CFIAe 61
6.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas 63
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE....64
7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU 64
7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno....64
7.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário 64
7.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993 64
7.5. Informações sobre Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento 64
8 ANEXOS E APÊNDICES 65
9 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES 81
9.1. Rol de Responsáveis....81
9.2. Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna....81
9.3. Relatório de Auditoria Independente....82
9.4. Relatório de Instância ou Área de Correição....84
9.5. Declarações de Integridade 85

9.5.1. Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões 85

9.5.2. Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das Declarações de Bens e Rendas 85

9.5.3. Declaração de Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento 86

9.5.4. Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial 86

9.5.5. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.....86

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão Individual integra o processo de Prestação de Contas da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe), do exercício de 2016. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas por esta Autarquia, no esforço de melhor cumprir suas competências legais, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

a. Como o Relatório de Gestão está estruturado

O presente Relatório está estruturado de forma individual com as informações sobre a gestão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe), no exercício de 2016, apresentadas em capítulos conforme preceituam as normativas do Tribunal de Contas da União e as orientações do Sistema de Prestação de Contas (e-contas), aplicáveis à CFIAe. Na montagem do Relatório, a utilização da terminologia "Não se aplica" deve ser entendida como "não se enquadra na realidade da Autarquia". Da mesma forma a terminologia "Não há informações para este subitem" poderá significar que, embora o tema tenha relação com as atividades da Autarquia, no exercício não se observou a ocorrência do evento.

b. Principais realizações da gestão no exercício

As metas estabelecidas para o ano de 2016, seguidas dos seus resultados no exercício, estão descritas no item 2.1.2 e na tabela constante do item 6.1.3 deste Relatório, entretanto, a Tabela I – Situação dos Empreendimentos (Anexo 8.1) demonstra o andamento dos projetos do principal objetivo estratégico desta Autarquia, descrito no item 2.1.1.

c. Principais dificuldades

As principais dificuldades encontradas no exercício estão listadas a seguir:

- O processo de obtenção de terrenos da União, a principal matéria prima para a execução de empreendimentos habitacionais, em geral é bastante complexo e lento, face ao envolvimento de diversos órgãos governamentais.

- A aprovação de recursos, junto a Agentes Financeiros, para construção de empreendimentos habitacionais exige a anuência de órgãos e entidades de diversas esferas do poder público, incluindo a aprovação dos projetos junto às Prefeituras Municipais e vários outros órgãos e entidades de domínio público, além do Registro Geral de Imóveis. Todo este processo, em geral, é demorado.

- Os cronogramas dos empreendimentos foram afetados significativamente no exercício, à semelhança de anos anteriores, com a ocorrência de atrasos de instituições externas (Prefeituras, Caixa Econômica Federal, etc), face ao grande número de empreendimentos executados no país, principalmente no primeiro semestre do exercício, em decorrência, dos diversos eventos de repercussão internacional, entre os quais, os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, bem como a atual situação da economia, com impactos diretos na construção civil e no Programa Minha Casa, Minha Vida.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. Finalidades e Competências

1.1.1 Missão

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe – é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, com funções de Agente Financeiro, Agente Promotor e Agente Assessor, com a missão de proporcionar a seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

1.1.2 Visão de Futuro

Tornar-se referência como agente de fomento para a realização do sonho da casa própria para militares e civis, ativos e inativos e pensionistas do Comando da Aeronáutica.

1.1.3 Valores

Os seguintes valores organizacionais representam as crenças e atitudes que norteiam o comportamento dos servidores e identificam a conduta desta Autarquia.

Figura 1.1.3 – Valores Organizacionais

Ética

A conduta dos servidores da Autarquia está pautada no respeito às normas, leis e regulamentos e na boa prática dos princípios da moralidade e do convívio social.

Transparência

O conceito transparência implica em disponibilizar de forma clara o acesso crescente à informação sobre os atos e fatos administrativos em todos os níveis da administração interna e no atendimento das demandas do público em geral.

Credibilidade

Está relacionada à honestidade e à capacidade da Autarquia em transmitir a percepção da responsabilidade nos compromissos assumidos perante público interno e externo.

Responsabilidade Social

Representa a preocupação social e ambiental nas operações cotidianas da Autarquia, buscando administrar os impactos sociais e ambientais de forma justa e sustentável.

Profissionalismo

Diz respeito à capacitação, preparo e aperfeiçoamento contínuo do efetivo para a execução das tarefas rotineiras no cumprimento da missão da Autarquia.

Satisfação do Cliente

Os clientes (beneficiários) são a razão da existência da Autarquia. Todos merecem ser atendidos com respeito e atenção, buscando, sempre que possível, a satisfação de suas expectativas.

1.2. Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da CFIAe

A CFIAe foi criada, em 1979, pela Lei n° 6.715, de 12 NOV 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.457, de 31 JAN 1980, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica conforme Decreto nº 8.872, de 10 OUT 2016, cujo funcionamento é consubstanciado por seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1175/MIN, de 15 DEZ 1987, publicada na Seção I do DOU de 17 DEZ 1987.

1.3. Ambiente de Atuação

A atuação da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe) é voltada para os seus beneficiários, militares da ativa, reserva, servidores civis e pensionistas da Aeronáutica e se baseia no Planejamento Estratégico 2010-2030 da Autarquia e no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2016-2041), documentos que constituem um conjunto de objetivos, medidas e projetos estratégicos, estabelecidos pelo Presidente da CFIAe e pelo Comandante da Aeronáutica, respectivamente.

Entre as medidas estratégicas previstas no PEMAER 2016-2041 para modernizar a gestão de Recursos Humanos da Força Aérea Brasileira consta a de buscar a sua racionalização com base nas necessidades administrativas, técnicas e operacionais, aprimorar o apoio ao homem e valorizar seu efetivo, no que tange às inúmeras atividades complementares para o cumprimento das missões atribuídas ao Comando da Aeronáutica, nas suas condicionantes de saúde, disponibilidade para o trabalho e moradia, onde está inserida a atuação desta Autarquia.

A demanda por habitação é considerada elevada no efetivo da FAB. A insuficiente oferta de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) tem deslocado parte do pessoal da Força para lugares distantes do local de trabalho, com dificuldade de transporte, afetando o psicossocial do efetivo,

com reflexos negativos no desempenho profissional. A Força Aérea sempre buscou proporcionar o apoio à família militar, no entanto, é impossível construir e manter uma quantidade de PNR, que atenda ao efetivo qualificado. Desta forma, a Força, por intermédio da CFIAe, busca soluções de abrangência nacional com o incremento de ofertas de imóveis, de modo a atender as demandas, utilizando-se de terrenos da União, dos estados e municípios, que permita à família militar adquirir seu próprio imóvel, como previsto no Planejamento Estratégico 2010-2030 da Autarquia, visando proporcionar a tão almejada segurança social,

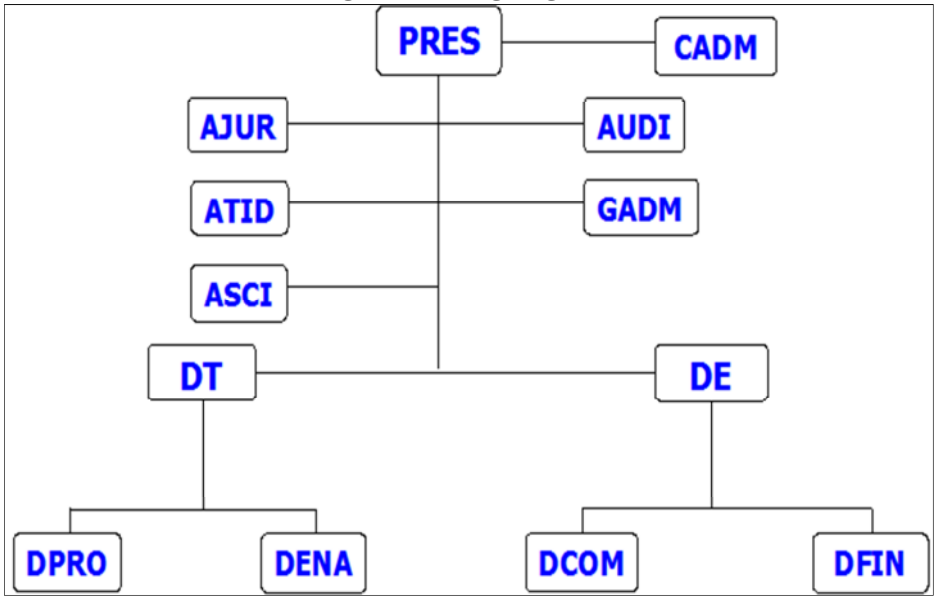
Cabe a esta Autarquia, como integrante do Sistema Financeiro da Habitação, identificar e propor estratégias adequadas para viabilizar esta iniciativa junto ao seu público-alvo. Para isso, consta estabelecido seu Planejamento Estratégico 2010-2030, os preceitos constantes da Política Nacional de Habitação, que visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de menor renda, contribuindo assim, para a inclusão social e o equacionamento do déficit habitacional brasileiro, como preconiza a Constituição Federal que considera a habitação um direito do cidadão.

A utilização de processos técnicos e administrativos inovadores retrata uma constante busca da Autarquia, no intuito de reduzir o preço final dos seus empreendimentos imobiliários. Para isso, existe uma parceria operacional com várias instituições, entre as quais a Caixa Econômica Federal, e mais recentemente, por meio do Ministério da Defesa, o que é de fundamental importância para os financiamentos dos empreendimentos, visando ter o suporte financeiro necessário na busca de condições especiais e diferenciadas de juros, prazos e limites de renda em atendimento ao que preconiza a política do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O acompanhamento da execução dos empreendimentos deverá ser rotineiro a fim de garantir a qualidade do produto e o atendimento às especificações estabelecidas.

1.4. Organograma

Para atender a sua missão a CFIAe é estruturada conforme a seguir:

Figura 1.4 - Organograma



PRES – Presidência
AJUR – Assessoria Jurídica
ATID – Assessoria de Tecn. da Inform. e Divulgação
CADM – Conselho de Administração
AUDI – Auditoria Interna
GADM – Gabinete Administrativo

ASCI – Assessoria de Controle Interno
DT – Diretoria Técnica
DPRO - Divisão de Promoções Habitacionais
DENA – Divisão de Engenharia e Arquitetura
DE – Diretoria Executiva
DFIN – Divisão Financeira
DCOM – Divisão de Comercialização

1.4.1 A Presidência tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.

1.4.2 O Conselho de Administração tem como principal atribuição assessorar a Presidência na tomada de decisão para alcançar os objetivos da CFIAe. É formado pelo Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Auditor Interno, o Assessor de Controle Interno, o Assessor Jurídico, o Assessor da Tecnologia da Informação e Divulgação e os Chefes das Divisões.

1.4.3 A Diretoria Executiva tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.

1.4.4 A Diretoria Técnica tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.

1.4.5 O Gabinete Administrativo tem como principal atribuição prestar o apoio administrativo aos órgãos integrantes da CFIAe no que diz respeito à gestão dos recursos humanos e materiais e gerenciar a execução orçamentária referente aos créditos alocados à Autarquia.

1.4.6 A Auditoria Interna tem como principal atribuição assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

1.4.7 A Assessoria de Controle Interno tem como principal atribuição assessorar a Presidência, e as Diretorias Executiva e Técnica e o Gabinete Administrativo, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo da CFIAe, bem como orientar todos os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência no controle interno e serviços da Autarquia.

1.4.8 A Assessoria Jurídica tem como principal atribuição assessorar a Presidência em todos os assuntos de natureza jurídica que envolvam a CFIAe.

1.4.9 A Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação tem como principal atribuição gerenciar as atividades de informática no âmbito da CFIAe.

1.4.10 A Divisão de Finanças tem como principal atribuição gerir os recursos financeiros, a contabilização dos atos e fatos administrativos patrimoniais da CFIAe

1.4.11 A Divisão de Comercialização tem como principal atribuição coordenar as atividades referentes à formação de grupos que irão adquirir unidades habitacionais objeto dos Programas Associativos desenvolvidos em parceria com Agentes Financeiros.

1.4.12 A Divisão de Engenharia e Arquitetura tem como principal atribuição planejar, coordenar, e controlar as atividades de Engenharia e de Arquitetura relativas ao desenvolvimento de empreendimentos habitacionais.

1.4.13 A Divisão de Promoções Habitacionais tem como principal atribuição identificar as regiões com maior demanda, baseando-se no banco de dados de pretendentes, e pleitear a disponibilidade de terrenos públicos, junto ao COMAER ou outros órgãos e entidades, a fim de possibilitar à CFIAe o desenvolvimento de empreendimentos.

Quadro A.1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Responsável pela gestão da CFIAe, conforme as diretrizes do Comando da Aeronáutica.	Marco Aurélio Gonçalves Mendes	Presidente	01 JAN 2016 a 31 DEZ 2016
Diretoria Executiva	Responsável pela Administração Financeira e Comercial da CFIAe.	Elcio Picchi	Diretor	01 JAN 2016 a 31 DEZ 2016
Diretoria Técnica	Elaborar e cumprir o Plano Habitacional da CFIAe.	Manoel de Andrade Rebelo	Diretor	01 JAN 2016 a 31 DEZ 2016

1.5. Macroprocessos Finalísticos

A CFIAe possui quatro (04) Macroprocessos Finalísticos a saber:

a) Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01;

b) Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02;

c) Financiamento Imobiliário – MPF 03; e

d) Manutenção da Solidez Econômico-Financeira – MPF 04.

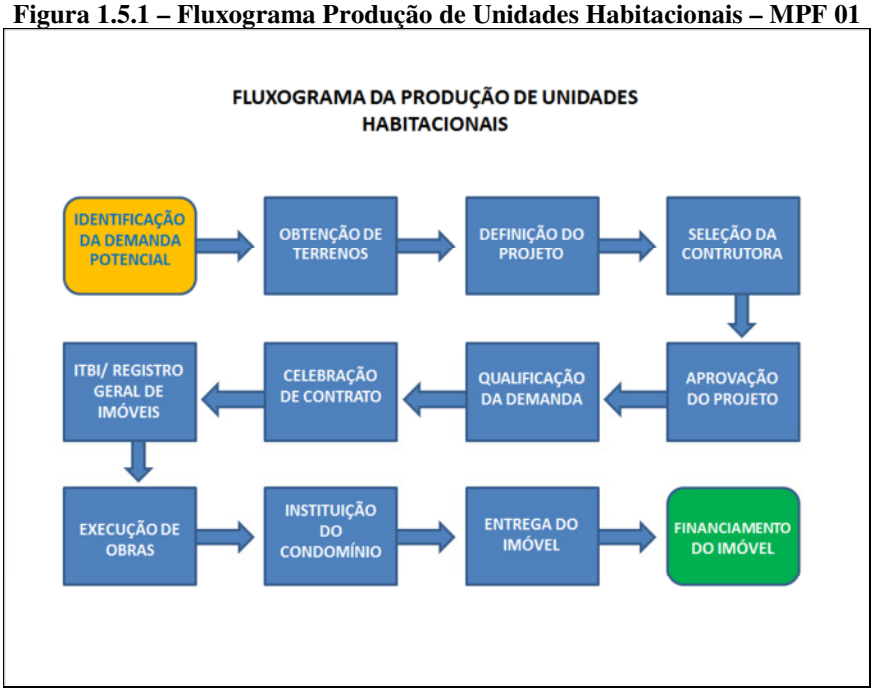
Quadro A.1.5 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPF 01	Produção de Unidades Habitacionais	Construção de Imóveis Residenciais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva e Diretoria Técnica
MPF 02	Empréstimos para Pequenas Reformas	Empréstimos Pessoais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 03	Financiamento Imobiliário	Contratos de Financiamento Imobiliários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 04	Manutenção da Solidez Econômico-Financeira	Controle das Receitas, Despesas e Controle da Inadimplência	Beneficiários do Comando da Aeronáutica e Instituições Financeiras	Diretoria Executiva

Obs: São definidos como beneficiários do Comando da Aeronáutica com acesso aos produtos oferecidos pela CFIAe, os militares de carreira, na ativa e na inatividade e os servidores civis de carreira, ativos e inativos, e também os pensionistas, quando instituídos por morte do beneficiário.

1.5.1 Macroprocesso – Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01

Figura 1.5.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa, ao final, produzir unidades habitacionais para entregar aos beneficiários e compreende as seguintes fases principais e seus respectivos percentuais em relação ao total do empreendimento:

1ª FASE – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL

O procedimento vem sendo adotado desde junho de 2004, por meio da INTRAER, INTERNET e fichas de cadastro remetidas às organizações militares. A demanda é definida por cidade, bairro e estado para melhor detalhar o planejamento e indicar a pesquisa pela obtenção de terrenos. Esta fase terá seus dados atualizados semestralmente, ou sempre que necessário.

2ª FASE – OBTENÇÃO DE TERRENOS

Compreende a identificação e análise para aquisição / transferência de áreas para a CFIAe, nas localidades onde a demanda por moradia própria for relevante e justifique a realização de empreendimentos habitacionais. Em especial busca-se a autorização de utilização das áreas da União, jurisdicionados ao COMAER, ou de outros órgãos públicos, cuja utilização tenha vocação e viabilidade de realização dos empreendimentos habitacionais. Esta fase culmina com a formalização de documento hábil entre as partes e respectiva regularização cartorial.

3ª FASE – DEFINIÇÃO DO PROJETO

Compreende a elaboração ou adaptação dos projetos/anteprojetos de Arquitetura/Urbanização e outros essenciais para a aprovação dos órgãos competentes federais, estaduais, municipais e agentes financeiros.

Em princípio, serão utilizados projetos de empreendimentos já construídos pela CFIAe com as adaptações necessárias aos aspectos regionais e às condições socioeconômicas e culturais dos beneficiários interessados na aquisição de moradia própria. Também serão consideradas as características dos terrenos, sua localização na malha urbana e o aproveitamento adequado na construção das unidades habitacionais, em razão da demanda de cada localidade. Em face dessas características, os projetos poderão contemplar unidades multifamiliares, unifamiliares ou mistas, sempre objetivando o melhor aproveitamento físico do terreno.

Os projetos serão desenvolvidos visando atender à capacidade de comprometimento da renda dos beneficiários com financiamentos habitacionais.

Quando possível e necessário, a aprovação dos projetos considerados essenciais, junto aos órgãos competentes, poderá ser providenciada pela CFIAe.

4ª FASE – SELEÇÃO DA CONSTRUTORA

São estabelecidos contatos com agentes financeiros, visando ao processo de seleção da construtora, considerando as empresas credenciadas junto ao Agente, ao processo de obtenção de recursos para construção do empreendimento e ao consequente financiamento das unidades habitacionais aos beneficiários da CFIAe. Em especial, são feitos contatos com a Caixa Econômica Federal, nos empreendimentos em grupo, voltados para o segmento de menor renda, face aos programas de governo em que este agente é o operador dos recursos.

5ª FASE – APROVAÇÃO DO PROJETO

Corresponde à aprovação dos projetos necessários à obtenção dos recursos para a execução do empreendimento

6ª FASE - QUALIFICAÇÃO DA DEMANDA

Compreende a análise das condições do pretendente à aquisição de imóvel promovido pela Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, segundo as normas estabelecidas por esta Autarquia e aquelas exigidas pelo agente financeiro. Culmina com a formação do grupo de pretendentes.

7ª FASE – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

Compreende a fase de celebração do instrumento contratual de aquisição do imóvel, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Agente Financeiro.

8ª FASE – ITBI / REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

Compreende o cumprimento das formalidades exigidas pela Prefeitura Municipal/ Distrito Federal, quanto à transmissão do imóvel ao adquirente - ITBI e o consequente registro no Cartório de Registro de Imóveis da localidade.

9ª FASE - EXECUÇÃO DE OBRAS

Concluídas as fases anteriores, inicia-se a fase de construção do empreendimento habitacional.

O acompanhamento da execução das obras será exercido, sempre que possível, conjuntamente pelo Agente Financeiro e a CFIAe.

10ª FASE – INSTITUIÇÃO DO CONDOMÍNIO

É definida a administração inicial responsável pelo condomínio do empreendimento, com base na minuta de convenção estabelecida na ocasião da aprovação do memorial de incorporação.

11ª FASE – ENTREGA DO IMÓVEL

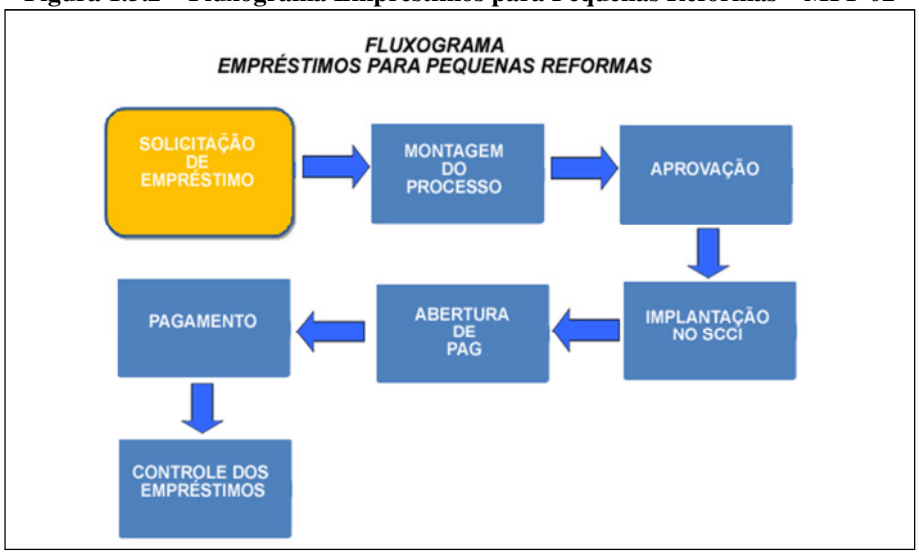
Concluída a execução física do imóvel, são tomadas as providências correspondentes ao "habite-se", vistoria das unidades pelos adquirentes, entrega do imóvel e respectiva averbação cartorial.

12ª FASE – FINANCIAMENTO DO IMÓVEL

A produção de empreendimento habitacional tem duas fases bastante distintas em termos financeiros. A fase de construção, que se inicia após o registro do contrato de aquisição de pessoa física e se conclui com a averbação do habite-se no cartório de registro de imóveis, e a fase de financiamento que se inicia a partir daí.

1.5.2 Macroprocesso - Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02

Figura 1.5.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa proporcionar aos seus beneficiários recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais e compreende as seguintes fases principais:

1ª FASE – SOLICITAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

O beneficiário preenche a solicitação e a envia, juntamente com a documentação requerida, à CFIAe.

2ª FASE – MONTAGEM DO PROCESSO

A Divisão de Comercialização (DCOM) recebe, confere, verifica a margem consignável, formaliza o contrato e monta o processo.

3ª FASE – APROVAÇÃO

A DCOM encaminha o processo ao Diretor Executivo para aprovação do Presidente.

4ª FASE – IMPLANTAÇÃO NO SCCI

Assinado o respectivo contrato, é implantado no Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

5ª FASE – ABERTURA DE PAG

O processo é encaminhado ao Assessor de Controle Interno para conferências, abertura de PAG e remessa para a Seção de Licitações para emissão da Nota de Empenho.

6ª FASE – PAGAMENTO

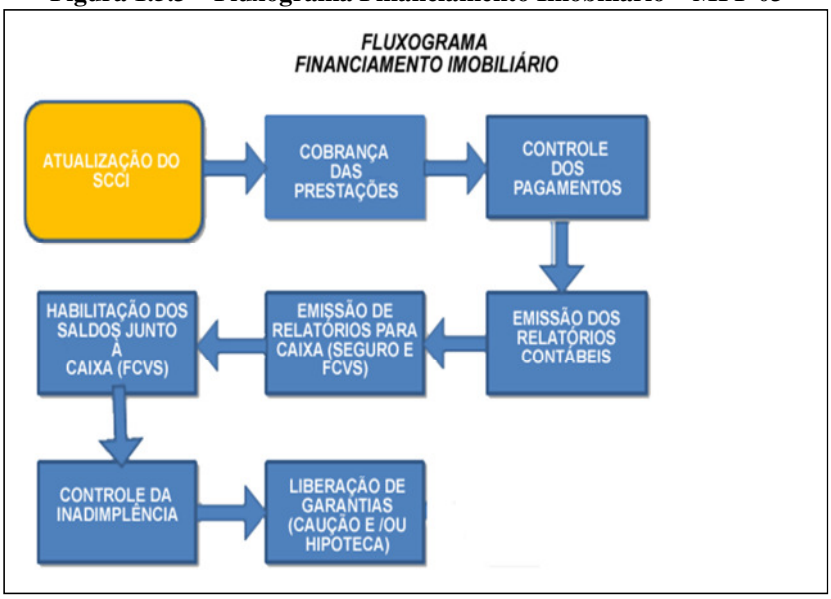
O processo segue para liquidação e enviado à Divisão Financeira (DFIN) para emitir a ordem bancária para depósito do valor do empréstimo na conta corrente do beneficiário.

7ª FASE – CONTROLE DOS EMPRÉSTIMOS

A DFIN encaminha o processo para a DCOM anexar as planilhas do SCCI e remeter para a Seção de Documentação e Arquivo (SDA) para abertura de pasta em nome do beneficiário e posterior arquivo. A DCOM controla os Empréstimos para Pequenas Reformas concedidos aos beneficiários através do SCCI, até a quitação pelo beneficiário.

1.5.3 Macroprocesso - Financiamento Imobiliário – MPF 03

Figura 1.5.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03



A Divisão de Comercialização (DCOM) controla os financiamentos imobiliários concedidos pela CFIAe, através do Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), até a quitação pelo beneficiário.

Conforme mostrado no fluxograma este macroprocesso visa proporcionar aos seus beneficiários meios para a aquisição de unidades habitacionais e compreende as seguintes fases principais:

1ª FASE – ATUALIZAÇÃO DO SCCI

Para manter o SCCI atualizado, a DCOM, diariamente, cadastra os índices de reajuste das prestações e do saldo devedor.

2ª FASE – COBRANÇA DAS PRESTAÇÕES

Com a atualização, são feitas as emissões das prestações consignadas em folha ou das GRU's pagas no Banco do Brasil.

3º FASE – CONTROLE DOS PAGAMENTOS

Diariamente, a DCOM "captura" os lotes de retorno de pagamentos de prestações e atualiza o banco de dados do SCCI.

4ª FASE – EMISSÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Após o fechamento do mês, a DCOM gera, no SCCI, os relatórios contábeis e encaminha à Divisão de Finanças (DFIN) para conferência.

5ª FASE – EMISSÃO DOS RELATÓRIOS PARA A CAIXA (SEGUROS E FCVS)

Mensalmente, é gerado o arquivo com os prêmios de seguros para ser enviado à seguradora e o arquivo com as parcelas mensais do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) à Caixa Econômica Federal (CEF).

6ª FASE - HABILITAÇÃO DOS SALDOS JUNTO À CAIXA (FCVS)

Os saldos residuais de responsabilidade do FCVS são habilitados regularmente pela DCOM junto à CEF.

7ª FASE – CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

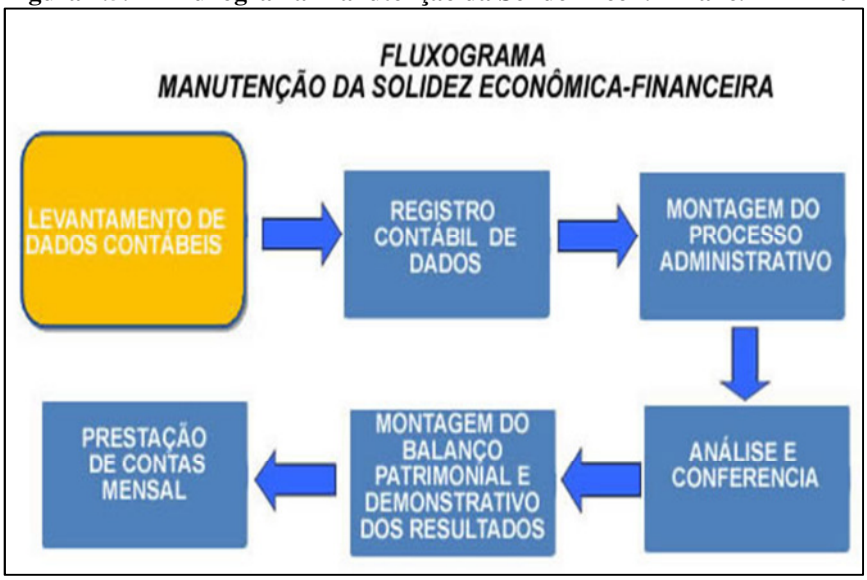
A DCOM envia avisos de cobranças aos mutuários inadimplentes e, se necessário, dá início ao processo de cobrança judicial.

8ª FASE – LIBERAÇÃO DAS GARANTIAS (CAUÇÃO E HIPOTECA)

Quitado o financiamento, a DCOM providencia as liberações das garantias que constam sobre o imóvel (caução e/ou hipoteca) e as entrega ao mutuário para serem averbadas no Registro Geral de Imóveis RGI.

1.5.4 Macroprocesso - Manutenção da Solidez Econômico-Financeira - MPF 04

Figura 1.5.4 – Fluxograma Manutenção da Solidez Econ.-Financ. – MPF 04



A Situação Econômico-Financeira da CFIAe é demonstrada mediante a análise dos dados levantados em documentos de receitas, despesas e direitos a receber pela Autarquia que são registrados contabilmente no SIAFI e no Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), e que servirão para comporem o Balanço Patrimonial mensal a ser demonstrado na Prestação de Contas Mensal. Este Macroprocesso, busca dentre outras importantes informações, representar o desenvolvimento das atividades, visando manter a solidez econômico-financeira da Autarquia. Por sua análise, pode-se, também, aferir mensalmente a tendência de dois importantes indicadores: O da Inadimplência e o da Evolução Patrimonial.

Compõem-se este Macroprocesso das seguintes fases:

1ª FASE – LEVANTAMENTO DE DADOS CONTÁBEIS

Esta fase e dividida em 4 (quatro) subfases:

1ª SUBFASE – CONTROLE DAS RECEITAS

A DFIN e a DCOM levantam, mensalmente, a documentação e contabilizam todas as receitas advindas dos contratos de financiamentos, das aplicações financeiras, dos seguros (sinistros) e do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

2ª SUBFASE – CONTROLE DAS DESPESAS

O GADM, a DFIN e a DCOM levantam, mensalmente, a documentação e contabilizam todas as despesas realizadas com a contratação de material de consumo, bens móveis e serviços, dívida com a CEF e pagamentos dos seguros habitacionais e do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

3ª SUBFASE – CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

A DCOM e a AJUR informam ao mutuário sobre a sua situação de inadimplência e sugerem a negociação da dívida. Caso aceita, a DCOM elabora o Contrato de confissão de dívida. No caso de continuidade da inadimplência é separada a documentação e encaminhada a Procuradoria Regional Federal (PRF) para ajuizamento da ação apropriada ao caso em questão.

4ª SUBFASE – CONTROLE DOS BENS IMÓVEIS

Nesta Subfase, três setores são envolvidos: A DT, através da Seção de Patrimônio Imóvel, faz a fiscalização e avaliação dos imóveis em estoque e emite o Relatório Mensal de Bens Imóveis. A AJUR gerencia o processo de retomada do imóvel, junto à PRF. A DCOM encaminha à Seção de Patrimônio para avaliação do imóvel retomado. Feita a avaliação o processo retorna à DCOM para que seja providenciada a revenda do imóvel, aos beneficiários da CFIAe.

2ª FASE – REGISTRO CONTÁBIL DOS DADOS

A DFIN faz o registro contábil no SIAFI, das receitas, despesas e dos valores dos bens imobiliários, nas respectivas rubricas constantes do Balanço Patrimonial Mensal (Ativo e Passivo).

3º FASE – MONTAGEM DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

A DFIN solicita à ASCI a abertura dos respectivos processos administrativos, autuando e indexando a documentação pertinente.

4ª FASE – ANÁLISE E CONFERÊNCIA

A DFIN apresenta ao Diretor Executivo os documentos contábeis com os seus respectivos comprovantes, que encaminha para análise e conferência da ASCI, para posterior aprovação do Agente Diretor e Ordenador de Despesa.

5ª FASE – MONTAGEM DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

A DFIN elabora o Balanço Patrimonial do mês com todos os dados já analisados e conferidos, extraídos dos documentos contábeis e do SIAFI.

6ª FASE – PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

É realizada, pelo Diretor Executivo, uma apresentação áudio visual da Prestação de Contas mensal, com a presença de todos os Agentes da Administração.

1.6. Macroprocessos de Apoio

A CFIAe possui 01 (um) Macroprocesso de Apoio a saber:

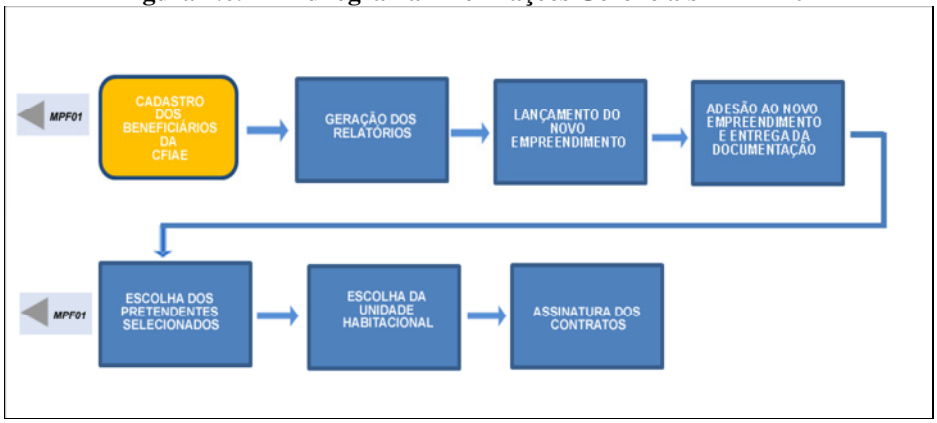
- Sistema de Informações Gerenciais – SIG

Quadro A.1.6 – Macroprocessos de Apoio

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPA 01	Sistema de Informações Gerenciais	Cadastro dos Beneficiários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação

1.6.1 - Macroprocesso – Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01

Figura 1.6.1 – Fluxograma Informações Gerenciais – MPA 01



Conforme mostrado no fluxograma, este macroprocesso visa produzir as informações necessárias para viabilizar os Macroprocessos Finalísticos da Autarquia e compreende as seguintes fases:

1ª FASE - CADASTRO DOS BENEFICIÁRIOS DA CFIAe

Os beneficiários da CFIAe cadastram-se no banco de dados, a fim de que sejam analisadas as informações para a realização dos futuros empreendimentos ou definição de produtos CFIAe.

2ª FASE – GERAÇÃO DOS RELATÓRIOS

São gerados relatórios para o estudo da demanda e do tipo de moradia desejada nos futuros empreendimentos.

3ª FASE - LANÇAMENTO DO NOVO EMPREENDIMENTO

É feito o lançamento do novo empreendimento em reunião de apresentação aos pretendentes.

4ª FASE - ADESÃO AO NOVO EMPREENDIMENTO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Os pretendentes analisam o novo empreendimento apresentado e as condições do financiamento imobiliário, realizando a sua adesão e entregando a documentação necessária para análise da renda familiar.

5ª FASE - ESCOLHA DOS PRETENDENTES SELECIONADOS

É emitida a lista dos pretendentes selecionados, baseada na análise da documentação entregue e das condições definidas para a escolha da unidade habitacional.

6ª FASE - ESCOLHA DA UNIDADE HABITACIONAL

Os pretendentes selecionados escolhem as suas respectivas unidades habitacionais.

7ª FASE – ASSINATURA DOS CONTRATOS

Após a escolha das unidades, segue-se a formalização da Assinatura dos Contratos.

1.7. Principais Parceiros

A efetividade da missão desta Autarquia depende da conjugação de esforços institucionais com os seus principais parceiros, que desempenham papel crucial nesse processo. De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado de grande relevância na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências, contribuindo para a capacidade de resposta das entidades envolvidas.

Assim sendo, a CFIAe, além do Ministério da Defesa e Comando da Aeronáutica, com os quais mantém vínculo, tem como principais parceiros as seguintes instituições:

a) O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;

b) A Secretaria do Patrimônio da União;

c) As Superintendências Regionais de Patrimônio da União;

d) A Caixa Econômica Federal; e

e) As Procuradorias Regionais Federais.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

A CFIAe possui um Planejamento Estratégico 2010-2030, cujo propósito é reunir dados necessários ao desenvolvimento das suas atividades, no período de 2010 a 2030, enfocando principalmente as diretrizes estabelecidas do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2016-2041) no que se refere ao aprimoramento do apoio aos militares e civis do Comando da Aeronáutica, com estrita observância à vinculação da Autarquia àquele Comando, especialmente no que concerne ao apoio ao seu efetivo, propiciando alternativas com vistas à aquisição ou melhoria de suas moradias, face ao cenário que se vislumbra de uma continuidade no aumento da demanda por casa própria no efetivo do COMAER, projetado para o período.

2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Os Objetivos Estratégicos estão estabelecidos no Planejamento Estratégico desta Autarquia e inseridos no Programa de Trabalho Anual (PTA), de 2016, desta Autarquia, que tem como finalidade definir as tarefas e orientar a execução de metas, priorizadas e quantificadas, levando-se em consideração os recursos creditícios previstos na Proposta Orçamentária para o exercício. Dentre outras atividades, o PTA visa prioritariamente:

1- Estabelecer as necessidades para o desenvolvimento das atividades que compõem a missão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe, considerando os recursos ordinários e extraordinários para a correspondente execução dos trabalhos dentro do exercício considerado.

2- Configurar as linhas básicas norteadoras das ações da Presidência durante o exercício, de modo a permitir, ao final, a avaliação, a economicidade, a eficácia e a eficiência na aplicação dos recursos disponibilizados, propiciando elementos para a Organização e para a apresentação da Prestação de Contas Anual da CFIAe, junto ao TCU.

Para isso, a CFIAe tem empregado todos os seus esforços em proveito dos seguintes **objetivos estratégicos,** constantes do seu Planejamento Estratégico:

- Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários;
- Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas;
- Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais; e
- Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia.

2.1.1.1 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos

Como estratégia adotada, a Autarquia cumpre o seu Planejamento Estratégico 2010-2030 e o Programa de Trabalho Anual de 2016, nos quais consta todo o planejamento estabelecido para o exercício.

Para atender o seu primeiro objetivo estratégico, a **produção de unidades habitacionais para a venda a seus beneficiários**, conforme previsto em sua lei de criação, a CFIAe atua em sua vertente de forte conteúdo social, inserindo seus projetos, prioritariamente, no "Programa Minha Casa, Minha Vida", do Governo Federal, em perfeita sintonia com as regras estabelecidas para aquele programa e em consonância com as diretrizes do Sistema de Patrimônio da União (SPU), quanto à utilização de terrenos públicos. Para isso, é importante prosseguir na análise e na disponibilidade de áreas jurisdicionadas ao COMAER, onde a demanda por moradia seja significativa e justifique a utilização de terrenos da União para construção de unidades

habitacionais, tornando viável a construção de empreendimentos associativos para os beneficiários da Autarquia.

Também deverão ser buscadas alternativas para o atendimento dos beneficiários que fiquem acima da faixa de renda prevista no Programa Minha Casa, Minha Vida.

No que compete ao segundo objetivo estratégico qual seja, **a promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas,** a Autarquia exerce seu papel de Agente Assessor, disponibilizando consultoria financeira em sua página na Internet, ou por meio de atendimento pessoal. Esta assessoria permite aos beneficiários conhecer as condições de financiamento praticadas por instituições financeiras na concessão de Carta de Crédito Habitacional, informando aquelas que praticam as taxas mais favoráveis.

Ainda no papel de Agente Assessor, a CFIAe incentiva, a formação de grupos de beneficiários interessados na construção de empreendimentos habitacionais de iniciativa do próprio grupo com projetos concebidos a partir do interesse e condições do grupo.

Para atender o terceiro objetivo estratégico, também previsto na missão da CFIAe, qual seja, **a promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais,** foi implementado a partir de 2011, com recursos da própria Autarquia, o empréstimo para pequenas reformas, em até 60 (sessenta) meses, com reduzida burocracia, baixa taxa de juros pré-fixada e ressarcimento por meio de consignação em folha. Para tanto, são envidados esforços no sentido de ampliar os meios de divulgação do produto, bem como acompanhar as taxas de juros praticadas no mercado para as devidas adequações.

Visando atender o seu quarto objetivo estratégico de **manutenção da solidez econômico-financeira** da Autarquia, foi aperfeiçoado o Sistema de Controle do Crédito Imobiliário, com o auxílio da tecnologia, como uma ferramenta técnica capaz de auxiliar na análise dos resultados e, ao mesmo tempo, fornecer parâmetros e índices confiáveis para a tomada de decisões, demonstrando a importância da utilização do planejamento. Um acompanhamento e controle bem elaborados fornecem indicadores que permitirão otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, base fundamental para alcançar os resultados pretendidos.

2.1.1.2 Tratamento dos riscos envolvidos nos objetivos estratégicos

No que concerne à avaliação dos riscos em relação **à produção de unidades habitacionais para seus beneficiários**, o produto está bem estruturado. A sua concretização, ou seja, o início das obras, só ocorre após a aprovação do projeto junto aos órgãos públicos competentes, a seleção da construtora, o grupo de adquirentes das unidades habitacionais, plenamente constituído, ou seja, 100% da demanda necessária, avaliada e aprovada pelo Agente Financeiro, e o competente registro dos contratos de financiamento no Registro Geral de Imóveis.

Vale destacar que a operação é cercada de outros instrumentos que trazem a tranquilidade necessária à Administração, até onde se pode vislumbrar, visto que, superada esta etapa inicial de aprovação de toda a operação técnico/financeira e iniciadas as obras.

O Sistema Financeiro da Habitação, em que são calcados os contratos de financiamento, estabelece cobertura para seguros de risco, que abrangem desde a substituição da construtora, caso necessário, por descumprimento do contrato, responsabilidade civil do construtor, bem como danos físicos do imóvel e também cobertura para seguros de risco no caso de morte ou de invalidez permanente do adquirente.

Em relação ao segundo objetivo estratégico de **promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas,** para os beneficiários que não são contemplados com os empreendimentos associativos, a CFIAe tem parcerias com Agentes Financeiros, com fins de obter condições mais favoráveis na concessão de crédito para

aquisição de moradias, não havendo riscos para esta Autarquia, por se tratar de negociação direta entre o beneficiário e o Agente Financeiro.

No terceiro objetivo estratégico, de **promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais**, destaca-se o Empréstimo para Pequenas Reformas. Neste produto, as operações de crédito são conduzidas pela CFIAe com taxas de juros baixas, pré-fixadas. A cobrança se processa mediante desconto em folha (consignação).

O ambiente do público-alvo considerado é o do Comando da Aeronáutica, abrangendo todos beneficiários da CFIAe. Este ambiente é conhecido e de baixo risco, principalmente quanto à estabilidade do emprego, o que garante um elevado grau de segurança para desenvolver o produto.

O desconto em folha, atrelado à devida verificação da margem consignável, minimiza a probabilidade de que o beneficiário adquira o produto sem ter condições de honrar o pagamento, inibindo a inadimplência.

Um aspecto importante na avaliação de risco é o prazo. Sessenta meses para saldar o financiamento é considerado um prazo adequado, portanto com menor possibilidade de inadimplência. Na análise dos riscos levou-se em consideração o "spread" inserido no financiamento, verificando-se que o produto é viável e seguro.

Além de acompanhar o mercado há que se continuar a fazer periódicas comparações, através das prestações de contas mensais, para aferir a qualidade dos resultados e monitorar a performance da Instituição, uma vez que a volatilidade do mercado tem-se mostrado elevada.

Esta aferição tem a finalidade de comprovar, levando-se em consideração a concretização de algum risco, que o retorno dos financiamentos está maior ou igual às aplicações em instituições financeiras e que, ainda assim, continue vantajoso para os beneficiários. Para garantir uma boa gestão voltada para a sustentabilidade da Instituição, é política da Autarquia que o total dos recursos direcionado para este produto não ultrapasse 5% do patrimônio líquido da CFIAe.

Para o quarto objetivo estratégico, **a manutenção da solidez econômico-financeira** da Autarquia, o acompanhamento dos riscos está no controle das receitas e das despesas, bem como na análise do Balanço Patrimonial elaborado a cada mês e que faz parte da Prestação de Contas Mensal. Com relação à carteira de contratos de financiamentos habitacionais, estes possuem seguros que cobrem possíveis riscos de sinistro. Em caso de inadimplência, depois de tomadas todas as medidas administrativas, as providências finais serão através de ações judiciais.

A Tabela constante do item 6.1.3 demonstra, em números, a tendência de solidez da Administração, comparando o resultado dos balanços dos exercícios de 2015 e 2016.

2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2016, foram previstas as seguintes metas constantes do Programa de Trabalho Anual, referentes aos 04 (quatro) objetivos estratégicos da CFIAe:

a) Objetivo 01 - Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários

Previsto no nº 4, do art. 12 e nº 4 do art. 60 da Portaria nº 1.175/MIN, de 15 DEZ 1987, publicada na Seção I do DOU de 17 DEZ 1987, o Plano Habitacional considera prioritariamente, a utilização de terrenos da União para os empreendimentos habitacionais destinados a graduados e servidores, em programas que se enquadram no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com a CFIAe atuando como Agente Promotor.

Para este objetivo, prioritariamente, foram previstas no PTA de 2016, os lançamentos dos empreendimentos Residencial Solar do Bosque, no Jardim Sulacap – RJ, Residencial Rio-Mar, em Belém – PA, Moradas do Sol, em Fortaleza – CE e o de Canoas – RS, que somente foi iniciado no segundo semestre do exercício.

Para o Residencial Solar do Bosque, no Rio de Janeiro, foi executada, no exercício, a fase de qualificação da demanda. As fases de celebração e registro dos contratos de financiamento no

Registro Geral de Imóveis e início das obras, em função de independerem da CFIAe, foram reprogramadas para o ano de 2017, quando se pretende alcançar 63% do total do empreendimento, como indicado na Tabela I - Situação dos Empreendimentos (Anexo 8.1).

Com relação ao empreendimento de Belém-PA, Residencial Rio-Mar, as metas previstas para 2016 foram reprogramadas, em função de fatores que independem desta Autarquia, para 2017. O processo aguarda parecer da Caixa Econômica Federal, quanto ao enquadramento no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e da Secretaria do Patrimônio da União, em relação à solicitação de modificação nas condições de renda dos beneficiários a serem atendidos.

Para o empreendimento Moradas do Sol, em Fortaleza – CE, as metas previstas para 2016 foram reprogramadas, em função de fatores que independem desta Autarquia, para 2017. No momento, o projeto se encontra em aprovação na Prefeitura Municipal de Fortaleza-CE.

Quanto ao empreendimento de Canoas-RS, apesar de não constar no Plano de Metas para o exercício, por questões de oportunidade, foi iniciado o processo administrativo para aprovação do projeto, junto à Prefeitura Municipal de Canoas - RS.

Quanto à obtenção de terrenos da União, a meta estabelecida da transferência para a CFIAe de nova área em Santa Maria-DF foi reprogramada para 2017. Para isso, foram intensificadas gestões, junto à Superintendência do Patrimônio da União-DF para conclusão do processo.

Abaixo segue o quadro demonstrativo que **constou** do Programa de Trabalho Anual para 2016.

Tabela II – Previsões de Lançamentos

LOCAL	***PREV. DE LANÇAMENTO***
RIO-MAR, BELÉM (PA)	***2016***
SOLAR DO BOSQUE, SULACAP (RJ)	***2016***
MORADAS DO SOL, FORTALEZA (CE)	***2016***
CANOAS (RS)	***2017***
SANTA MARIA (DF)	***2018***

b) Objetivo 02 - Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas.

Tendo como meta aumentar o número de beneficiários interessados na aquisição de unidades habitacionais as seguintes ações, entre outras, foram tomadas:

- No ano de 2016, foi realizada palestra, na AFA, para todos os cadetes, demais militares e civis interessados. Também foi realizada palestra, na EEAR, para todos os alunos daquela Escola. O representante do escritório da CFIAe, em Lagoa Santa – MG, realizou palestra para os alunos dos cursos EAOF e CFOE.

- A ATID manteve o "site" da CFIAe atualizado, buscando dar maior credibilidade às informações e divulgação dos empreendimentos;

- Foi dada continuidade ao acordo com a CEF (concessão de Carta de Crédito individual) e está em andamento um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Defesa, Ministério das Cidades e CEF, objetivando desenvolver ações conjuntas que viabilizem a concessão de financiamentos habitacionais para os militares das Forças Armadas.

- No exercício, foram computadas 928 (novecentos e vinte e oito) novas inscrições no cadastro de pretendentes à aquisição da casa própria.

- No exercício, foram atendidos, pessoalmente, 118 (cento e dezoito) beneficiários interessados em informações sobre empreendimentos da CFIAe.

c) Objetivo 03 - Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais.

Para este objetivo as principais ações, entre outras, foram:

- Foi dada continuidade ao processo de divulgação para a concessão de empréstimo imobiliário para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe em imóveis de sua propriedade, tendo sido solicitados, aprovados e implantados 42 (quarenta e dois) contratos de empréstimos para pequenas reformas, num total concedido de R$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais).

- Todos os contratos de empréstimos para pequenas reformas aprovados e concedidos no exercício foram implantados no SCCI.

d) Objetivo 04 - Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia

Para este objetivo as principais ações, entre outras, foram:

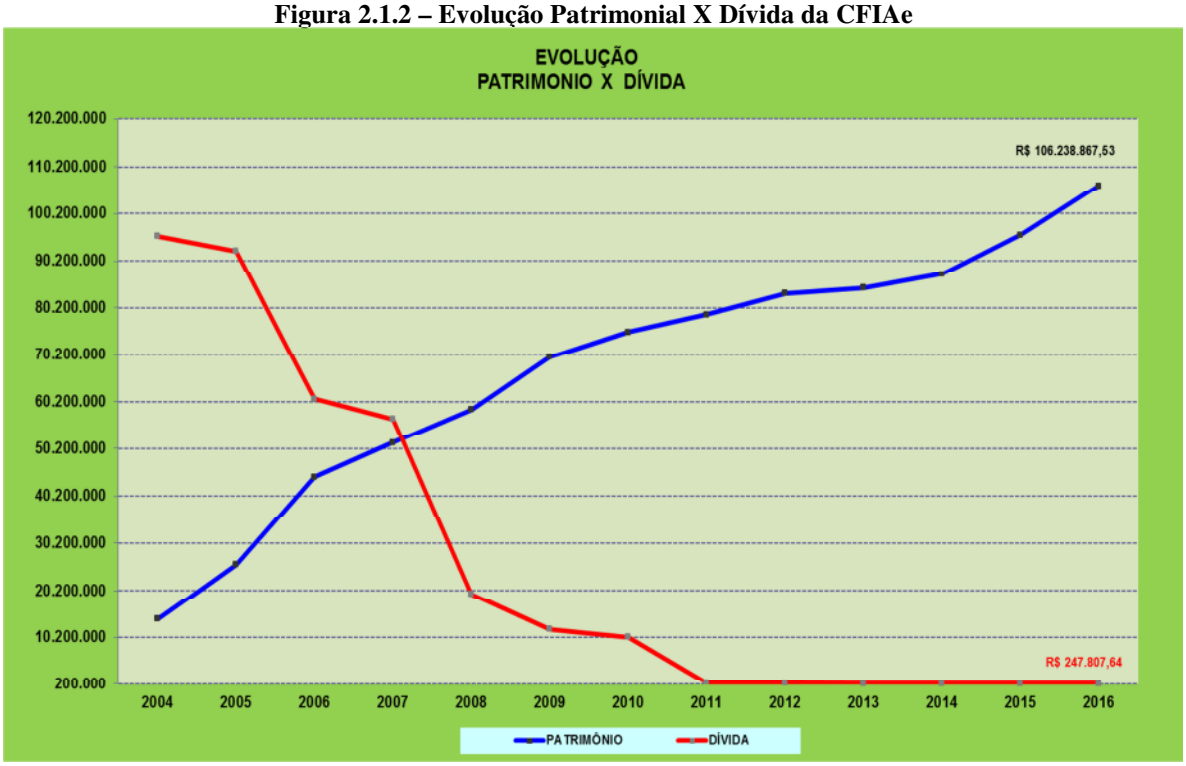
- No exercício, foram feitos contatos permanentes com a Caixa Econômica Federal (FCVS), com a finalidade de liberar os recursos já habilitados, reconhecidos e auditados com amparo do FCVS. A CAIXA já liberou um processo de novação da CFIAe para a STN num valor de R$ 3.221.532,34 a crédito desta Autarquia, enquanto que a dívida da CFIAe com a CEF, ao final do exercício, foi de R$ 247.807,64.

- Todos os contratos de financiamento quitados e com término de prazo com o amparo do FCVS foram habilitados junto ao Fundo (FCVS).

Em função da análise efetuada com os dados extraídos do Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 31 DEZ 2016 relativa à **Situação Econômico-Financeira**, conclui-se que a CFIAe tem dado continuidade a sua política de gestão adotada ao longo dos anos, mantendo uma evolução patrimonial positiva. Para efeito comparativo, em 2015 o Patrimônio Líquido era de R$ 95.702.000,88, enquanto que ao final do exercício de 2016 este parâmetro foi acrescido em 11,01 % correspondendo ao valor de R$ 106.238.867,53

A Tabela III do item 6.1.3 retrata o Patrimônio Líquido do presente exercício em relação ao anterior, enquanto que a figura 2.1.2 a seguir representa a evolução patrimonial da CFIAe desde 2004, versus sua dívida, o que demonstra a tendência de solidez da Administração, levando a inferir-se que a Autarquia está preparada para continuar cumprindo a sua missão institucional de maneira sustentável.

Figura 2.1.2 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe



2.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

O Planejamento Estratégico da CFIAe foi concebido de acordo com sua Lei de criação (Lei n° 6.715, de 12 NOV 1979) , sendo esta Autarquia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) de acordo com a Lei n° 4.380, de 21 AGO 1964. No Planejamento Estratégico 2010-2030 poderão ser encontrados todos os projetos e suas fases previstas para aquele período e onde estão definidos os objetivos estratégicos a serem seguidos, visando alcançar as metas estabelecidas nos planos descritos a seguir, que complementam aquele Planejamento.

a) O **Plano Habitacional**, cuja finalidade é o planejamento das metas a serem atingidas pela CFIAe, visando atender o seu principal objetivo estratégico de produção de unidades habitacionais, em um horizonte de 20 (vinte) anos, e que apresenta um diagnóstico da situação habitacional de seus beneficiários, define as diretrizes, estratégias, linhas de ação e programas, estabelece prioridades, procedimentos e as metas para a aquisição da casa própria.

b) O **Plano de Capacitação de Recursos Humanos**, onde estão estabelecidas as Diretrizes de Recursos Humanos, tem como objetivo qualificar o pessoal para otimizar desempenhos e compromissos, de modo a satisfazer as necessidades internas e externas da Autarquia.

c) O **Plano Econômico-Financeiro** que representa a situação econômico-financeira da CFIAe, dentro de cada exercício, onde a Administração busca parâmetros confiáveis para a tomada de decisão, permitindo otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, visando manter a solidez do patrimônio da CFIAe. Fornece, também, dados aos gestores para a avaliação da eficiência da administração, considerando os fatores internos e externos que podem interferir em sua gestão.

d) O **Plano Diretor de Tecnologia da Informação** tem a finalidade de estabelecer o planejamento para o desenvolvimento das atividades correspondentes e acompanhar a evolução tecnológica da área.

2.1.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

A CFIAe usa os seguintes instrumentos:

a) Prestação de Contas mensais apresentada pelos Diretores Executivo e Técnico, com a presença de todos os Agentes da Administração.

b) Reuniões semanais do Conselho de Administração. No mês de julho é feita uma primeira avaliação dos objetivos da Autarquia para o exercício, quando é discutido no Conselho, se as metas estabelecidas estão sendo cumpridas.

c) Auditoria Interna nos setores da Autarquia que se inicia no mês de setembro do exercício, conforme o Programa de Auditoria Interna, onde os Agentes da Administração são auditados sobre o andamento e cumprimento das metas previamente estabelecidas no Programa de Trabalho Anual ou, se for o caso, as justificativas no caso do não cumprimento delas. Um Relatório de Auditoria Interna é elaborado com os resultados ao final do exercício.

d) Relatórios de Controles Internos previstos na Instrução do COMAER (ICA 174-1), cuja finalidade é orientar e padronizar a execução dos procedimentos referentes às ações de controle interno nas Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

e) Os dados dos Planos constantes do Planejamento Estratégico da Autarquia que são submetidos à análise em comparação com os resultados obtidos no exercício, considerando os indicadores de gestão, para que os mesmos possam ser atualizados, aperfeiçoados ou até, se for o caso, reformulados.

f) Outros documentos de Controle.

2.2. Desempenho Orçamentário

2.2.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade

2.2.1.1. Ações da OFSS

Quadro A.2.2.1.1.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial						
Código	0181 Tipo: Operação Especial						
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código 0089 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	81.900,00	81.900,00	76.809,04	76.809,04	76.809,04	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	Servidor	01	01	01

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Quadro A.2.2.1.1.2 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado -Precatórios

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	0005 Tipo: Operação Especial
Descrição	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado - Precatórios
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais Código 0901 Tipo: Operação Especial
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras
Lei Orçamentária Anual do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0005	66.896,00	71.343,00	-	-	-	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0005	Cumprimento de Sentenças Judiciais	-	-	-	-

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional: O recurso destinado ao Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Precatórios foi creditado pela SOF (Secretaria do Orçamento Federal) e ao final do exercício foi recolhido, pela própria, ao Tesouro, sem que houvesse alguma interferência desta Autarquia.

Quadro A.2.2.1.1.3 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	00JE Tipo: Operação Especial
Descrição	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica
Programa	Financiamento com Retorno Código: 0902 Tipo: Operação Especial
Unidade Orçamentária	74205
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.000.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
00010	Financiamento Imobiliário para o pessoal da Aeronáutica	Servidor Beneficiado	30	42	42
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional: Sobre esta ação vale salientar que é destinada a atender um dos objetivos estratégicos da Autarquia, qual seja promover aos beneficiários da CFIAe recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais, em forma de empréstimos. Foi prevista uma demanda para 30 (trinta) beneficiários. Entretanto, foram solicitados e atendidos 42 empréstimos no exercício.

Quadro A.2.2.1.1.4 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial						
Código	00M1 Tipo: Operação Especial						
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	21.204,00	21.204,00	-	-	-	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	-	-	-	-	-

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional: Não houve despesa nesta ação em virtude de não ter havido, no período, óbitos ou nascimentos, de servidores/dependentes pagos por esta Autarquia. O recurso ao final do exercício foi recolhido pela SOF, ao Tesouro, sem que houvesse alguma interferência desta Autarquia.

Quadro A.2.2.1.1.5 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial						
Código	0283 Tipo: Operação Especial						
Descrição	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna						
Programa	Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) Código:0905 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	-	-	-	-

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional: Não houve despesa nesta ação em virtude de não ter havido, no período, quitação ou amortização na carteira de financiamentos concedidos para imóveis. Portanto, não houve o consequente recolhimento do valor da quitação/amortização à Caixa Econômica Federal. O recurso foi recolhido ao Tesouro.

Quadro A.2.2.1.1.6 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Reserva de Contingência

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	0Z00 Tipo: Operação Especial
Descrição	Reserva de Contingência - Financeira
Programa	Reserva de Contingência Código:0999 Tipo: Operação Especial
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras
Lei Orçamentária Anual do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0Z00	634.459,00	634.459,00	-	-	-	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0Z00	Reserva de Contingência	-	-	-	-

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional: O recurso destinado a Reserva de Contingência foi creditado pela SOF (Secretaria do Orçamento Federal) e ao final do exercício foi recolhido, pela própria, ao Tesouro, sem que houvesse alguma interferência desta Autarquia.

Quadro A.2.2.1.1.7 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	09HB Tipo: Operação Especial
Descrição	Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código:2108 Tipo: Operação Especial
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	13.650,00	13.650,00	12.685,12	12.685,12	12.685,12	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais	Servidor Beneficiado	01	-	01

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Quadro A.2.2.1.1.8 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Administração da Unidade

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial						
Código	2000 Tipo: Atividade						
Descrição	Administração da Unidade						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	7.135.469,00	6.235.469,00	2.076.930,03	1.003.674,74	1.003.674,74	-	1.073.255,29

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	Administração da Unidade	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Quadro A.2.2.1.1.9 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial						
Código	2011 Tipo: Atividade						
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	14.400,00	14.400,00	11.119,98	11.119,98	11.119,98	-	-
Execução Física da Ação							

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Servidor	02	02	02

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Quadro A.2.2.1.1.10 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	2012 Tipo: Atividade
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	52211
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	60.000,00	60.000,00	57.212,32	57.212,32	57.212,32	--	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Servidor Beneficiário	10	10	10

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Quadro A.2.2.1.1.11 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS
Pagamento do Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	20TP Tipo: Atividade
Descrição	Pagamento do Pessoal Ativo da União

Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.263.738,00	1.263.738,00	1.213.068,25	1.213.068,25	1.213.068,25	-	-

Execução Física da Ação					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	Pagamento do Pessoal Ativo da União	Servidor	22	22	22

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional:

Se considerarmos que as principais metas financeiras da Autarquia, propostas para o exercício, foram atendidas, podemos concluir que a CFIAe cumpriu o planejado com os recursos recebidos para atender as suas diversas ações. Apesar do contingenciamento nas despesas de custeio e na de investimento, em sua totalidade, a Autarquia conseguiu cumprir com seu planejamento inicial. Quanto às despesas de Restos a Pagar (Ação – Código 2000), em sua maior parte, decorreram de pregões eletrônicos para aquisição de material e serviço, realizados no final do ano. Assim, muitas despesas não foram pagas a tempo, em virtude de alguns fornecedores não efetuarem a entrega do produto ou serviço, até o fechamento do exercício.

2.2.1.2. Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não há informações para este subitem.

2.2.1.3. Ações - Orçamento de Investimentos - OI

Não se aplica.

2.2.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Durante o exercício houve um corte de R$ 700.000,00 nos créditos destinados ao custeio da vida vegetativa da Organização e R$ 1.800.000,00 nos créditos para investimentos, mas sem que o planejamento previsto no Programa de Trabalho Anual fosse afetado substancialmente, uma vez que, as metas não prioritárias para o atual exercício foram transferidas para o exercício de 2017. Em virtude de fatores alheios a esta Autarquia, como, por exemplo, a demora na aprovação de projetos pelas respectivas Prefeituras de Municípios, onde estão planejados empreendimentos, foi retardado o início da construção dos projetos, que foram transferidos para o exercício de 2017. O crédito

destinado a essas ações não utilizados foram recolhidos a Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Não se aplica.

2.3.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal para análise das prestações de contas

Não se aplica.

2.4. Informações sobre a Execução das Despesas

2.4.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.4.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	**Código UO: 52211**				**UGO: 123001**			
Modalidade de Contratação	**Despesa Executada**				**Despesa paga**			
	2016	**%**	**2015**	**%**	**2016**	**%**	**2015**	**%**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**729.749,61**	**15,70**	**616.292,13**	**20,13**	**584.235,36**	**16,35**	**524.545,93**	**18,20**
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Pregão	729.749,61	-	616.292,13	-	584.235,36	-	524.545,93	-
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	**1.137.813,28**	**24,48**	**258.691,02**	**8,45**	**228.780,68**	**6,40**	**172.054,56**	**5,97**
h) Dispensa	967.576,48	-	107.795,04	**-**	91.872,82	-	68.159,01	-
i) Inexigibilidade	170.236,80	-	150.895,98	-	136.907,86	-	103.895,55	-
3. Regime de Execução Especial	**-**	-	**1.800,00**	**0,06**	**-**	-	**1.800,00**	**0,06**
j) Suprimento de Fundos	-	-	1.800,00	-	-	-	1.800,00	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**1.407.758,24**	**30,29**	**1.315.946,48**	**42,99**	**1.407.758,24**	**39,38**	**1.315.470,93**	**45,64**
k) Pagamento em Folha	1.376.381,59	**-**	1.300.581,18	**-**	1.376.381,59	**-**	1.300.105,63	**-**
l) Diárias	31.376,65	-	15.365,30	-	31.376,65	-	15.365,30	-
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	**3.275.321,13**	**70,47**	**2.192.729,63**	**71,63**	**2.220.774,28**	**62,13**	**2.013.871,42**	**69,87**
6. Outros (Não se Aplica, exceto Folha e Diárias)	**1.372.503,61**	**29,53**	**868.538,91**	**28,37**	**1.353.795,17**	**37,87**	**868.538,91**	**30,13**
7. Total das Despesas UPC	**4.647.824,74**	**100**	**3.061.268,54**	**100**	**3.574.569,45**	**100**	**2.882.410,33**	**100**

Fonte: SIAFI /Tesouro Gerencial

2.4.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Conforme quadro constante do item 8.3 do presente Relatório.

2.4.3. Despesas com Publicidade

Quadro A.2.4.3 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2108/2000	8.750,00	5.162,90
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SIAFI 2016

Análise Crítica da Realização da Despesa:

Dentro das Modalidades de Contratação, o Pregão Eletrônico representou o maior valor da execução orçamentária, no exercício em questão, o que evidencia o comprometimento da Autarquia em tornar mais competitivo e transparente o processo licitatório. Em relação às despesas realizadas por grupo e natureza de despesa, a execução orçamentária esteve dentro do plano de metas constante do Programa de Trabalho Anual da Autarquia. Todas as despesas foram realizadas conforme previsto no planejamento financeiro da Autarquia, de acordo com os processos licitatórios listados no Quadro A.2.4.1. Com relação ao quadro A.2.4.3, as despesas com publicidade legal foram realizadas com a Imprensa Nacional, devido a publicação de avisos de licitação e contratos.

2.5. Suprimento de Fundos

"Não há informações para este subitem". Não houve concessão de Suprimento de Fundos no exercício.

2.6. Desempenho Operacional

2.6.1. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Quadro A.2.6.1 – Indicador de Desempenho (Periodicidade: Anual)

Denominação	Índice de Referência (exercício anterior)	Índice Previsto	Índice Observado	Resultado da Meta	Fórmula de Cálculo
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - IPL	+9,58%	IPL > 2%	IPL= +11,01%	Aumento de 11,01%	IPL = (PL exerc. corrente) – 1X100 (PL exerc anterior)
INADIMPLÊNCIA -IIN	- 5,05%	IIN < 1%	IIN = +3,21%	Aumento de 3,21%	IIN = (Inad. exerc. corrente) – 1X100 (Inad. exerc anterior)
EMPRÉSTIMOS PEQUENAS REFORMAS - IEMP	78,57%	IEMP ≥ 30 beneficiários	IEMP = 42 beneficiários	Atendido 140%	IEMP = Emprest. Atend..2016 X 100 Emprest. Previsto 2016

Fonte: Relatório Final de Metas 2016 da Diretoria Executiva

Quadro A.2.6.1.1 – Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido

Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido	
Objetivo da Mensuração	Verificar a evolução anual do Patrimônio Líquido (PL) da Autarquia.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPL=(PL2016)–1X100=(106.238.867,53)-1X100= 1,1101-1X100=11,01% (PL 2015) (95.702.000,88)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Aumentar o Patrimônio Líquido em, pelo menos, 2%.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2016.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que o Patrimônio Líquido aumentou 11,01% em relação ao exercício anterior. O aumento substancial do Patrimônio deveu-se, principalmente, a retomada de imóveis por via judicial, cuja sentença, apesar da imprevisibilidade, ocorreu no presente exercício, tendo sido os imóveis incorporados ao Patrimônio e posteriormente revendidos à beneficiários da CFIAe.

Quadro A.2.6.1.2 – Indicador Financeiro – Inadimplência

Indicador Financeiro – Inadimplência	
Objetivo da Mensuração	Avaliar o comportamento da inadimplência dos contratos de financiamento.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IIN= (Inad. 2016)-1X100 = (7.024.838,84)= 1,032-1=0,0321x100= 3,21% (Inad. 2015) (6.806.268,03)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – DCOM - Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Reduzir a Inadimplência em, pelo menos, 1%.
Data da Última Medição	31 DEZ 2016.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta não foi cumprida uma vez que a inadimplência teve um aumento de 3,21% em relação a 2015. O não cumprimento da meta, apesar de todas as ações previstas no PTA 2016 terem sido realizadas, se deu em função da atual crise financeira no País. Os beneficiários de financiamentos e empréstimos da CFIAe podem ter priorizado o pagamento de despesas imprescindíveis para manutenção da família. Uma pesquisa realizada nas agências da Serasa Experian, apontou o desemprego como a principal causa da inadimplência. Segundo os economistas da Serasa Experian, a alta da inadimplência, característica que vem predominando deste o início de 2015, é causada pelo cenário econômico bastante adverso à quitação das dívidas do consumidor: desemprego, taxas de inflação e juros se mantiveram em alta no ano passado. Acredita-se que com o início da recuperação da economia nacional esta tendência de alta de inadimplência seja revertida em 2017.

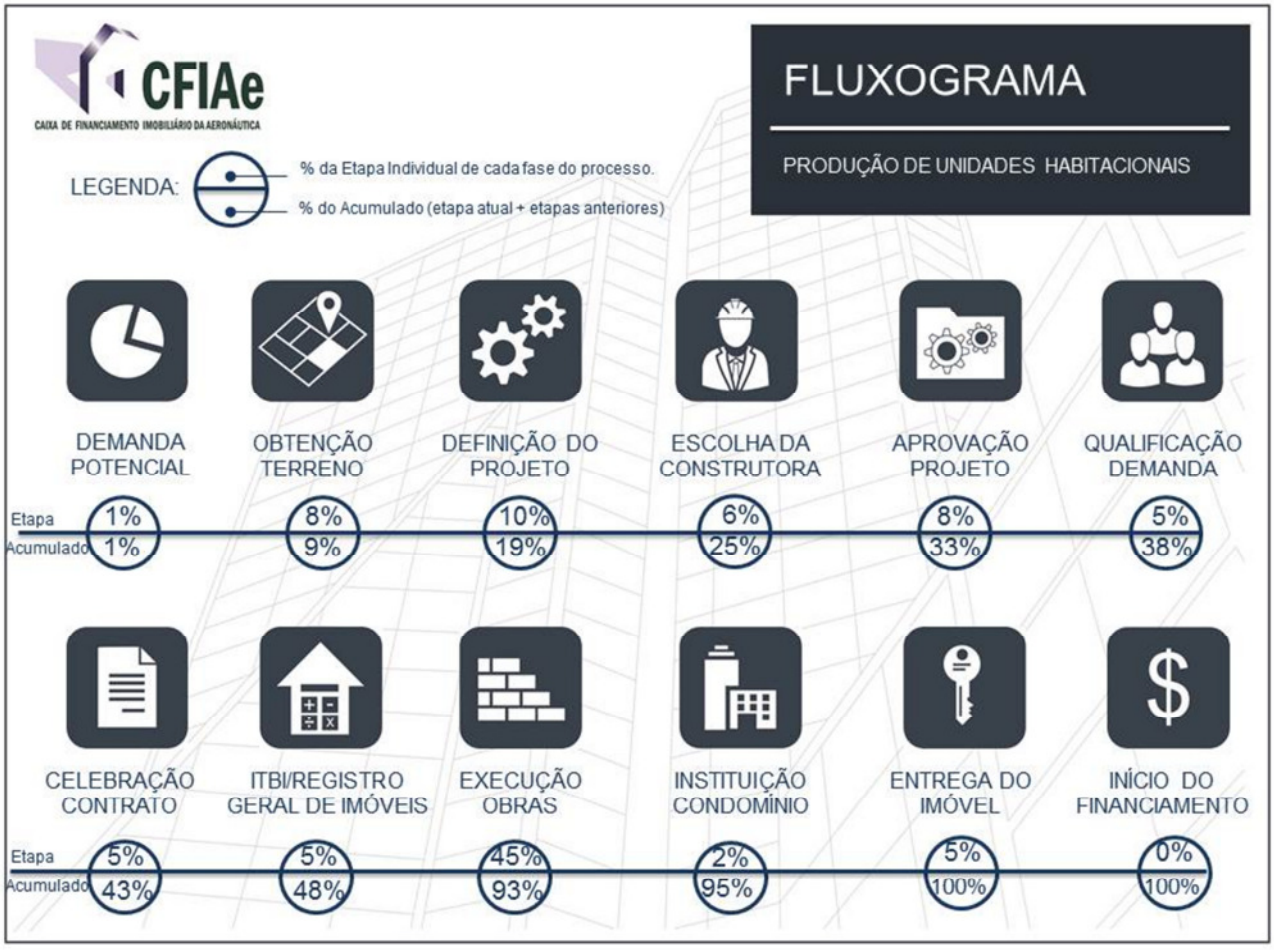
Quadro A.2.6.1.3 – Indicador Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados relativos ao que foi previsto na Proposta Orçamentária em relação ao que foi atendido no exercício, referente aos empréstimos para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe.

Fórmula do Indicador de Desempenho	IEMP= (Empt. atend. 2016) X100= (42) X 100 = 1,4x100 =140 % (Empt. Previsto 2016) (30)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Atender a 30 beneficiários, como previsto na Proposta Orçamentária do exercício.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2016.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que foi atendida em 140% do previsto para o exercício. A razão do percentual alto de cumprimento da meta, foi em virtude do Planejamento inicial ter sido calculado em função da média de empréstimos do exercício anterior (R$ 40.000,00), enquanto que a média do exercício ficou em aproximadamente R$ 30.000,00.

Para os indicadores a seguir, relativos à Produção de Unidades Habitacionais, foi considerado o seguinte fluxograma de desempenho de fases:

Figura 2.6.1 – Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais



Quadro A.2.6.2 – Indicadores de Desempenho (Periodicidade: Anual)

Denominação PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS -IPUH	**Índice de Referência (IR)**	**Índice Previsto (IP)**	**Índice Observado (IO)**	**Resultado da Meta (IPUH)**	**Fórmula de Cálculo**
Solar do Bosque	33%	50,25%	38%	28,98%	IPUH = (IO – IR) x 100 / (IP – IR)
Rio Mar	25%	50,25%	25%	0%	
Moradas do Sol	19%	50,25%	19%	0%	
Canoas	19%	0%	19%	0%	

Fonte: Diretoria Técnica

Obs: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31 DEZ 2015;
Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2016;
Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31 DEZ 2016;
Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência.

Quadro A.2.6.2.1 – Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unidades habitacionais – Sulacap – RJ

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPUH = % IO – IR / % IP – IR x100 = 5 / 17,25 = 0,2898 x100 = 28,98%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Alcançar 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais aprovado, que equivale cumprir até 5% da Etapa Execução de Obras.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2016.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta para o exercício foi parcialmente cumprida. Algumas etapas, independem da CFIAe, pois são de responsabilidade de outros órgãos da Administração Pública. Foi executado apenas 5% o que corresponde a 28,98% do total previsto para o exercício.

Quadro A.2.6.2.2 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unidades habitacionais – Belém – PA

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPUH = % IO – IR / % IP – IR x100 = 0% / 25,25% = 0,00 x100 = 0%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Alcançar 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais aprovado, que equivale cumprir até 5% da Etapa Execução de Obras.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2016.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta não foi cumprida. Algumas etapas, independem da CFIAe, pois são de responsabilidade de outros órgãos da Administração Pública.

Quadro A.2.6.2.3 – Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unidades habitacionais – Fortaleza – CE

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPUH = % IO – IR / % IP – IR x100 = 0% / 31,25% = 0,00 x100 = 0%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Alcançar 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais aprovado, que equivale cumprir até 5% da Etapa Execução de Obras.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2016.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta não foi cumprida. Algumas etapas, independem da CFIAe, pois são de responsabilidade de outros órgãos da Administração Pública.

Quadro A.2.6.2.4 Empreendimento Residencial Canoas – 160 unidades habitacionais – Canoas – RS

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IPUH = % IO – IR / % IP – IR x100 = 0% / -19% = 0x100 = 0%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	O empreendimento não estava previsto no Plano de Metas.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2016.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Apesar de não constar no Plano de Metas para o exercício, por questões de oportunidade, foi iniciado o processo administrativo para aprovação do projeto, junto à Prefeitura Municipal de Canoas - RS. O processo não foi concluído, mantendo 19% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais aprovado.

3 GOVERNANÇA

3.1. Descrição das Estruturas de Governança

O sistema de governança de uma organização reflete a maneira como diversos atores organizam-se, interagem e procedem para obter boa governança. Conforme o Referencial Básico de Governança do TCU – 2ª Versão/2014 (http://www.tcu.gov.br/governanca), a **governança no setor público** é definida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para **avaliar, direcionar e monitorar** a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Dentro do Organograma da CFIAe, estão inseridos os órgãos de autocontrole da Autarquia, que atuam no direcionamento e no monitoramento da Organização. São eles:

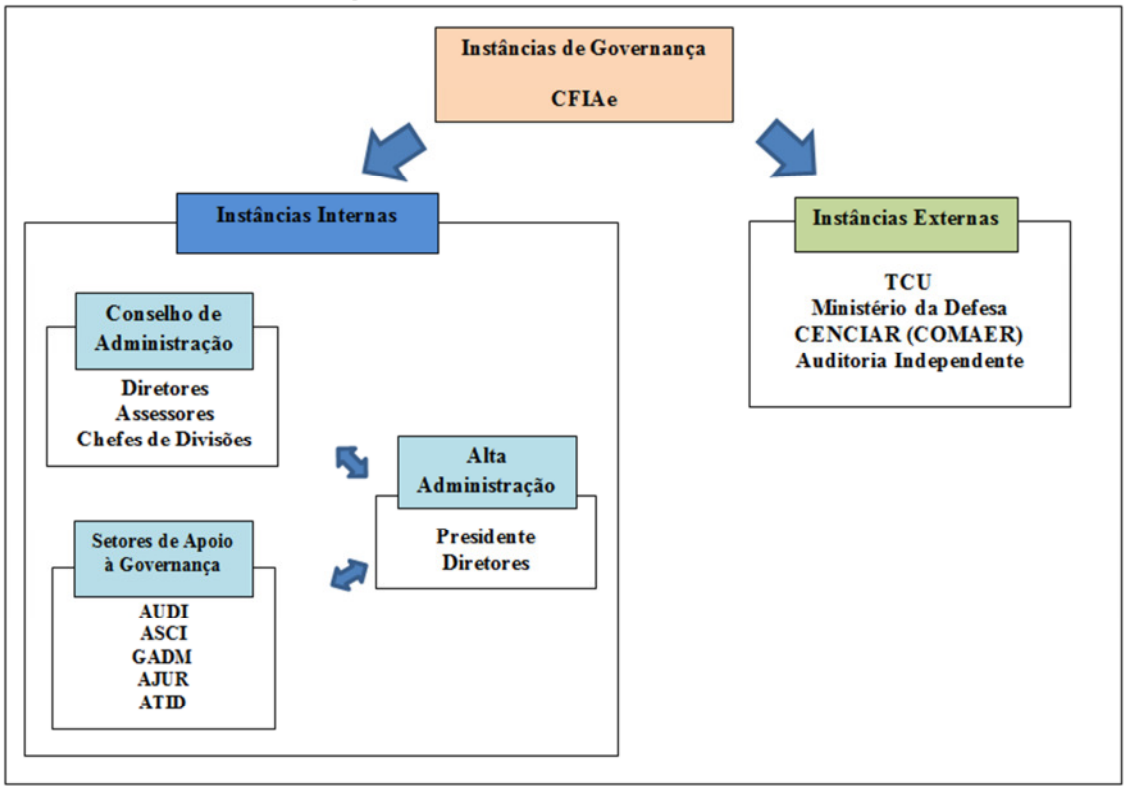
A Presidência, a Diretoria Executiva, a Diretoria Técnica, a Auditoria Interna (AUDI), a Assessoria de Controle Interno (ASCI), o Gabinete Administrativo (GADM), Assessoria Jurídica (AJUR), a Assessoria da Tecnologia da Informação e Divulgação (ATID) e os Chefes das Divisões, que compõem o Conselho de Administração da Autarquia e que fazem parte da instância interna.

Externamente, a CFIAe é submetida à fiscalização do TCU, Ministério da Defesa (MD), Comando da Aeronáutica (COMAER), representado pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), em cujo Plano Anual de Auditoria Interna Governamental constam planejadas, auditorias anuais a esta Autarquia. A CFIAe também, contrata empresa especializada (auditoria independente) para auditar os processos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), de acordo com a legislação.

Além da Auditoria anual executada pelo CENCIAR, também é realizada, pelo Auditor Interno da Autarquia, pelo menos uma Auditoria, durante o exercício, em todos os setores da instituição, conforme previsto no Programa Anual de Auditoria Interna da CFIAe.

A figura abaixo resume a estrutura de governança da CFIAe.

Figura 3.1 – Instâncias de Governança



3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

O Conselho de Administração da Autarquia tem como principal atribuição assessorar a Presidência na tomada de decisão para alcançar os objetivos estratégicos da Organização.

O Presidente tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.

O Diretor Executivo tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.

O Diretor Técnico tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.

O Chefe do Gabinete Administrativo tem como principal atribuição prestar o apoio administrativo aos órgãos integrantes da CFIAe no que diz respeito à gestão dos recursos humanos e materiais e gerenciar a execução orçamentária referente aos créditos alocados à Autarquia.

O Auditor Interno tem como principal atribuição assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

O Assessor de Controle Interno tem como principal atribuição assessorar a Presidência, e as Diretorias Executiva e Técnica e o Gabinete Administrativo, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo da CFIAe, bem como orientar todos os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência no controle interno e serviços da Autarquia.

O Assessor Jurídico tem como principal atribuição assessorar a Presidência em todos os assuntos de natureza jurídica que envolvam a CFIAe.

O Assessor de Tecnologia da Informação e Divulgação tem como principal atribuição gerenciar as atividades de informática no âmbito da CFIAe.

O processo de escolha dos dirigentes da CFIAe (Presidente, Diretor Executivo e Diretor Técnico) é por meio de nomeação do Presidente da República, por indicação do Comandante da Aeronáutica, em virtude da plena vinculação desta Autarquia ao Ministério da Defesa, por meio do COMAER. Estes profissionais são Oficiais do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, cujo perfil é definido pela autoridade que os indica, entre os que possuam o Curso de Política e Estratégia Aeroespacial (CPEA) e conhecimento do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2016-2041), documento constituído por um conjunto de objetivos, medidas e projetos com a finalidade de orientar de forma integrada e articulada uma concepção estratégica, cujas ações são desenvolvidas pelo Comando da Aeronáutica, em um horizonte temporal definido, entre as quais às afetas ao apoio ao homem, no que concerne à questão da moradia, visando propiciar a seus militares e civis, alternativas à aquisição ou melhoria de suas unidades habitacionais, face ao cenário que se vislumbra de continuidade no aumento da demanda por imóveis residenciais no efetivo da FAB.

3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Como mostra o Organograma da Autarquia no item 1.4, a Auditoria Interna (AUDI) está diretamente ligada ao Presidente, tendo, entre outras atribuições a de assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

Entre os trabalhos que foram executados no exercício está a auditoria interna realizada no período de 27 SET a 04 OUT 2016, conforme o Programa Anual de Auditoria Interna, em consonância com as disposições da ICA 174-1/2007 - CONTROLE INTERNO NAS UNIDADES GESTORAS, publicada no BCA nº 216, de 13 NOV 2007, que tem por finalidade orientar e

padronizar a execução dos procedimentos referentes às ações de controle interno nas Unidades Gestoras (UGE, UGC e UGR) do Comando da Aeronáutica, com relação aos Atos Administrativos, da NSCA 174-2/2016 – NORMAS DE AUDITORIA INTERNA, publicada no BCA nº 58, de 06 ABR 2016, que tem por objetivo definir os padrões gerais de planejamento, execução, elaboração do relatório e controle de qualidade das auditorias e fiscalizações realizadas no âmbito do Comando da Aeronáutica e da forma como preconiza a legislação e as Normas de Serviços internas sobre Fiscalização de Contratos Administrativos, Conformidade de Registro de Gestão, Procedimentos para Concessão, Aplicação e Comprovação de Suprimentos de Fundos, Regularização dos Encargos dos Bens Patrimoniais Imóveis, Gestão do Plano de Metas, Rotinas de Auditoria Interna, Aplicações Financeiras no âmbito da CFIAe, além dos controles através de formulários mensais, como relatórios de consumos, inventários, etc.

A Auditoria Interna foi executada em todos os setores da Autarquia que culminou com a elaboração do Relatório de Auditoria Interna de 2016. O processo de Auditagem teve como objetivos:

a) Avaliar o ambiente organizacional e a regularidade, a eficiência e a eficácia das atividades administrativas e procedimentos de trabalho adotados no âmbito da Autarquia;

b) Verificar o cumprimento das recomendações e determinações exaradas em inspeções realizadas tanto pela Auditoria Interna, como pelo CENCIAR, no exercício anterior; e

c) Promover avaliação de risco das ações tomadas pelos diversos setores em relação aos objetivos estratégicos da Autarquia e elaborar indicadores com vistas à promoção de medidas de prevenção de eventos desfavoráveis, objetivando o aperfeiçoamento dos procedimentos.

Todas as recomendações feitas aos setores, durante a Auditoria Interna realizada, foram atendidas e verificadas nos prazos estabelecidos, conforme consta no Relatório de Auditoria Interna, o qual é aprovado pelo Senhor Presidente.

O Relatório também serve para avaliação dos riscos e para que o Presidente, quando necessário, mude procedimentos, com a emissão de novas diretrizes, visando o cumprimento da missão da Autarquia. São também realizadas reuniões periódicas com o efetivo, visando elucidar as dúvidas sobre novos procedimentos.

O Auditor Interno, como membro do Conselho de Administração participa, pelo menos, duas vezes na semana, da reunião com o Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Assessor de Controle Interno, Assessor Jurídico, o Assessor da Tecnologia da Informação e Divulgação onde são discutidos assuntos de interesse de toda a Administração, incluindo a prevenção dos riscos que poderão afetar os projetos, em casos de atividades que independam da atuação direta da CFIAe.

3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

3.4.1. Sistemas de Correição

A Força de Trabalho da CFIAe é composta por militares da ativa, da reserva, e servidores civis, que prestam serviço de apoio. Cada uma das categorias tem regramento próprio, em se tratando de correição.

Cabe à Seção de Recursos Humanos, a guarda e atualização de toda legislação relacionada ao tema.

Como o efetivo da CFIAe é de servidores de outras Unidades da Aeronáutica que apenas prestam serviços à Autarquia, as contravenções ou irregularidades que venham a ser praticadas são encaminhadas às respectivas Unidades de origem dos servidores, onde serão apuradas, mediante procedimento formal, de Sindicância, IPM, e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), assegurando ao acusado o direito de ampla defesa.

Durante o exercício, não se verificou nenhuma situação que pudesse comprometer a gestão e nem que tenha causado dano ao erário.

3.4.1.1. Pessoal Civil

Em se tratando dos servidores civis, a CFIAe vale-se da Lei nº 8.112 /1990, no entanto, em cumprimento a Portaria CGU nº 1.043, de 24 JUL 2007, o Comando-Geral do Pessoal é a Organização responsável pelas atividades de correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

3.4.1.2. Pessoal Militar

Em se tratando do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, a correição encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 782/GC3, de 10 NOV 2010, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER) - Decreto nº 76.322, de 22 SET 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundamentada na Constituição Federal de 1988, no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980. Subsidiariamente, a correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 05 DEZ 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei no 5.821, de 10 NOV 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 04 FEV 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 05 DEZ 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 JUL 1993.

3.5. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Administração da Autarquia entende que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da Organização e são o principal suporte para o seu funcionamento. Para tanto, existem políticas e ações, de natureza preventiva, para diminuir os riscos e garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência, a conformidade (*compliance*) às leis e aos regulamentos que a regem; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

No Organograma da CFIAe existe a Assessoria de Controle Interno na Autarquia (ASCI), que assessora a Presidência, atuando diretamente nos Processos Administrativos de Gestão, Programa de Trabalho Anual, Relatório de Gestão, Prestação de Contas Mensais, Processos Licitatórios, Controles Financeiros, Balanços Patrimoniais, Controle dos Bens Móveis e Imóveis. A ASCI tem assessorado os Diretores Executivo e Técnico na consecução dos objetivos estratégicos da Autarquia, no que tange à Produção de Unidades Habitacionais, Empréstimos para Pequenas Reformas, acompanhamento da Carteira de Financiamento de Contratos Imobiliários, das receitas e das despesas e o controle da inadimplência.

Dessa forma pode-se inferir que:

- Os mecanismos gerais de controle instituídos pela CFIAe são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis de sua estrutura;

- A comunicação dentro da Autarquia é adequada e existe código formalizado de ética ou de conduta aprovados por Portarias da Presidência;

- Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e constam dos documentos formais;

- As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades;

- Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Autarquia.

Para cada objetivo estratégico da CFIAe, como consta do item 2.1.1.2 do presente relatório, existe, em norma interna, uma avaliação de risco executada de forma contínua, de modo a identificar mudanças do seu perfil ocasionados por transformações nos ambientes interno e externo mas com a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Tais riscos quando identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.

Não se tem indícios de ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade, mas em caso de ocorrência de desvios, a Administração possui instrumentos para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Para tanto existe normas e regulamentos que tratam das atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Autarquia.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Gestão de Pessoas

4.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

4.1.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da CFIAe

Quadro A.4.1.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	**01**	**27**	**02**	**03**
1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	00	13	02	03
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	01	14	00	00
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	01	01	00	00
1.2.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	13	00	00
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	**00**	**40**	**06**	**03**
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)	00	40	06	03
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	00	02	00	00
2.1.2 Oficiais Temporários	00	08	01	01
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	00	30	05	02
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	**11**	**11**	**00**	**01**
3.1 Servidores Civis sem vínculo	03	03	00	00
3.2 Servidores Civis com vínculo requisitados	01	02	00	00
3.3 Militares da Reserva Remunerada/Aposentados	07	06	00	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	**12**	**78**	**08**	**07**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

4.1.1.2. Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.4.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	**17**	**12**
1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	07	06
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	10	06
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	01
1.2.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	05
2. Militares com Contratos Temporários (2.1. + 2.2 + 2.3)	**31**	**09**
2.1. Serviço Militar Obrigatório	02	00
2.2. Oficiais Temporários	03	05
2.3. Tarefa por Tempo Certo	26	04
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	**06**	**03**

3.1 Servidores Civis sem vínculo	01	02
3.2 Servidores Civis aposentados	01	00
3.3 Militares da Reserva Remunerada	04	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	**54**	**24**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

4.1.1.3. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CFIAe

Quadro A.4.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	11	11	01	01
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	11	01	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	01
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	02	02	01	00
1.2.4. Sem Vínculo	03	03	00	00
1.2.5. Aposentados	06	06	00	00
2. Funções Gratificadas	15	10	00	01
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	15	10	00	01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	26	21	01	02

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Análise Crítica: Os recursos humanos existentes são constituídos na sua quase totalidade de militares e servidores civis, prestando serviço, cedidos ou designados para execução de Tarefa por Tempo Certo, originários de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, conforme previsto na Lei nº 6.715, de 12 NOV1979. Esta Autarquia tem envidado esforços junto ao Comando Geral do Pessoal da Aeronáutica (COMGEP) no sentido de aprovar a criação de uma ramificação da Tabela de Lotação da Diretoria de Administração de Pessoal da Aeronáutica (DIRAP) para regularizar os militares da ativa que prestam serviço na CFIAe.

A questão dos Recursos Humanos é uma preocupação constante, uma vez que 63% dos servidores estão situados na faixa etária de 51(cinquenta e um) a acima de 60 (sessenta) anos, conforme consta no Quadro A.4.1.1.4. Existe a previsão, para os próximos 5 (cinco) anos, de 9 (nove) servidores, equivalente a 11% do efetivo, que estão ou estarão com tempo de serviço e idade em condições de requerer a aposentadoria.

Não há diferença na avaliação entre o trabalho dos servidores em cargos comissionados e não comissionados. A Autarquia busca a prevalência de um ambiente de convivência no qual serão respeitadas as diferenças individuais de cada elemento do grupo. A ética, o espírito de equipe, a colaboração e a cortesia norteiam todas as ações dos integrantes da CFIAe.

4.1.1.4. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Na área de recursos humanos a CFIAe busca manter os seus servidores capacitados e atualizados nos diversos conhecimentos e habilidades técnicas, conceituais e gerenciais necessárias para o cumprimento da missão. A capacitação e atualização profissional dos servidores é uma preocupação permanente na Administração atual da CFIAe. Para tanto, foi elaborado um Plano de Capacitação de Recursos Humanos, atualizado anualmente, cujo objetivo principal é promover formas, ações e estratégias de aprendizagem que possibilitem ao corpo funcional desta Autarquia a

aquisição e o aprimoramento de competências que agreguem valor competitivo à Instituição e valor social ao indivíduo, atendendo aos padrões de qualidade e de produtividade requeridos pela natureza do trabalho e pela missão institucional da CFIAe.

Para o presente exercício, o esforço foi concentrado na capacitação dos recursos humanos voltado para atividades específicas do setor de vendas da Diretoria Executiva, do setor de produção da Diretoria Técnica, e do setor de Administração da Autarquia, com foco no aperfeiçoamento dos padrões de desempenho no trabalho, buscando resultados que agreguem valor para a Instituição. Durante o exercício, foram realizados 18 (dezoito) cursos, beneficiando 33 servidores, equivalendo a 42% do efetivo da autarquia, conforme os Quadros A.4.1.1.4 e A.4.1.3.3.

Quadro A.4.1.1.4 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho - 2016

DESCRIÇÃO DOS CURSOS	Nº DE SERVIDORES QUE REALIZARAM CURSOS
Assentamento Funcional Digital	04
Orçamento de Obras e Cálculo de BDI	01
Formação de Pregoeiro	01
Negociação com Clientes Inadimplentes e Recuperação de Ativos	20
Licitações e Contratos Administrativos	01
Seminário 50 erros mais comuns em Licitações – Análise de Casos	01
Tesouro Gerencial	03
II Seminário de Contabilidade de Custos	02
Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP	03
Gestão Patrimonial – Instrumentos para Gerência de Materiais e Almoxarifado	02
Encontro com Dirigentes de Recursos Humanos	01
Avaliação de Imóveis (CAI)	03
Patrimônio Imobiliário	01
Seminário combatendo fracionamento de despesas	01
Semana Especial de SIAPECAD	01
Gestão e apuração da Ética Pública	01
I Seminário do Planejamento e Orçamento da Aeronáutica	01
Seminário Internacional de Ética na Gestão.	01

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Obs: Alguns servidores realizaram mais de um curso durante o exercício.

4.1.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal da CFIAe Segundo a Idade

Quadro A.4.1.1.5 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)	**03**	**10**	**02**	**12**	**02**
1.1 Militares requisitados de outros órgãos ou esferas - Ativa	03	10	02	00	00
1.2 Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	00	00	00	12	02
1.2.1 Servidores de carreira vinculados ao órgão	00	00	00	00	01
1.2.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	00	00	00	12	01
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1)	**01**	**06**	**04**	**18**	**09**
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2)	01	06	01	18	09
2.1.1 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	01	06	01	00	00
2.1.2 Tarefa por Tempo Certo	00	00	03	18	09
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	**00**	**00**	**03**	**05**	**03**
3.1 Servidores civis sem vínculo	00	00	03	00	00
3.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	00	00	00	02	00
3.3 Militares da Reserva	00	00	00	03	03
4. Total de Servidores (1+2+3)	**04**	**16**	**09**	**35**	**14**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

4.1.1.6. Qualificação do quadro de pessoal da CFIAe segundo a escolaridade

Quadro A.4.1.1.6 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**05**	**24**	**-**	**-**	**-**
1.1 Milit. requisitados de outros órgãos ou esferas - Ativa	-	-	-	-	02	13	-	-	-
1.2 Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1 Servidores de carreira vinculados ao órgão	-	-	-	-	01	-	-	-	-
1.2.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	-	-	-	-	02	11	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1)	**-**	**-**	**-**	**-**	**10**	**19**	**08**	**01**	**-**
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2)	-	-	-	-	10	19	08	01	-
2.1.1 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	-	-	-	-	-	07	01	-	-
2.1.2 Tarefa por Tempo Certo	-	-	-	-	10	12	07	01	-
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	**-**	**-**	**-**	**-**	**01**	**05**	**04**	**01**	**-**
3.1 Servidores civis sem vínculo	-	-	-	-	-	03	-	-	-
3.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	-	-	-	-	01	-	01	-	-
3.3 Militares da Reserva Remunerada	-	-	-	-	-	02	03	01	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	**-**	**-**	**-**	**-**	**16**	**48**	**12**	**02**	**-**

LEGENDA
Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Seção de Recursos Humanos

4.1.1.7. Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe

Quadro A.4.1.1.7 – Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe

Tempo de Aposentadoria	Quantidade											
	2009	**2010**	**2013**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
1. Já adquirido	01	01	01	01	01							
2. Previsão (s/ licença)						02	-	05	-	02	01	01

Fonte: Seção de Recursos Humanos

4.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

O demonstrativo das despesas com Pessoal consta do item 8.2 do presente Relatório.

4.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

4.1.3.1. Absenteísmo

Quadro A.4.1.3.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo

Absenteísmo	
Objetivo da Mensuração	Controlar o índice de absenteísmo da força de trabalho da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Faltas ao trabalho e dias de trabalho computados.
Origem dos dados empregados na fórmula	Folha de frequência dos servidores.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IP = Nº de faltas ao trabalho / Dias trabalho computados = 94 / 16380 = 0,00573 x 100 = 0,5%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos

Meta para o ano	Manter o índice de absenteísmo abaixo de 5%.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2016.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 0,5% de absenteísmo a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice de absenteísmo com percentual abaixo do estabelecido foi resultado de reuniões de motivação com os servidores, contribuindo para manter a capacidade força de trabalho em níveis elevados.

4.1.3.2. Acidentes de Trabalho

Quadro A.4.1.3.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho

Indicador de Acidente de Trabalho	
Objetivo da Mensuração	Controlar a integridade física dos servidores da Autarquia
Identificação das Variáveis	Nº de Servidores e ocorrências de acidente registradas
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IP = Nº ocor. de acid registrados / Nº de servidores = 01 / 78 = 0,0128 X 100 = 1%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice de acidentes de trabalho abaixo de 5% .
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2016.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com o índice de 1% de acidentes de trabalho, a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice abaixo de 5% de acidentes no trabalho contribuiu para manter ativo o potencial de trabalho da Autarquia.

4.1.3.3. Qualificação de Recursos Humanos

Quadro A.4.1.3.3 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação

Indicador de Qualificação de Recursos Humanos	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados do Plano de Capacitação de Recursos Humanos
Identificação das Variáveis	Nº Servidores aperfeiçoados e total do efetivo.
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IP = Nº de serv aperfeiçoados no exercício / Total do Efetivo = 33 / 78 = 0,4230x100 = 42%
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos.
Meta para o ano	Proporcionar aperfeiçoamento para 25% do efetivo anualmente.

Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2016.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 42% do efetivo participando de cursos e treinamentos no exercício a meta foi plenamente cumprida, ficando acima do percentual previsto.

Análise crítica: O esforço na qualificação dos recursos humanos, notadamente na área de Comercialização, Patrimônio Imobiliário, Orçamento de Obras, Cálculo de BDI e cursos na área da Administração Pública (Licitações, Contratos e etc), no exercício de 2016, contribuiu para o aperfeiçoamento do pessoal da Autarquia em beneficio dos objetivos a serem alcançados para o cumprimento da missão da CFIAe.

4.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

4.1.4.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Estagiários

Quadro A.4.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA						
UG/Gestão: 123001/12201						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação, Higiene e Manutenção	05.703.030/0001-88	01/04/15	01/04/17	Não se aplica	P
2011	Seleção de Estagiários	33.661.745/0001-50	01/09/11	01/12/16	Níveis Superior e Médio	E
2016	Seleção de Estagiários	33.661.745/0001-50	01/12/16	01/12/17	Níveis Superior e Médio	A

Fonte: Gabinete Administrativo

Análise Crítica: A CFIAe não possui no seu efetivo servidores para atender às tarefas de limpeza, conservação, sendo necessária a terceirização através de Contratos. Entretanto esta despesa já consta do Planejamento Orçamentário anual da Autarquia.

4.1.4.2. Contratação de Estagiários

Quadro A.4.1.4.2 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	**11**	**13**	**09**	**10**	**76.912,99**
1.1 Área Fim	02	03	02	02	15.115,33
1.2 Área Meio	09	10	07	08	61.797,66
2. Nível Médio	**00**	**00**	**00**	**00**	**-**
2.1 Área Fim	00	00	00	00	-
2.2 Área Meio	00	00	00	00	-
3. Total (1+2)	**11**	**13**	**09**	**10**	**76.912,99**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Análise Crítica: A contratação dos estagiários para esta Autarquia está baseada no art. 5º da Lei nº 11.788, de 25 SET 2008 e o § 6º do art. 7º da Orientação Normativa nº 2, de 24 JUN 2016, da Secretaria de Gestão Pública.

4.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

4.2.1.1. Imóveis sob a responsabilidade da CFIAe, exceto Imóvel Funcional

A estrutura de controle e de gestão de todo o patrimônio imobiliário é realizada pelo Gestor de Patrimônio Imobiliário que é vinculado à Divisão de Promoções Habitacionais (DPRO), constituída de um Chefe em nível de Oficial Superior, dois Oficiais Subalternos e um Graduado.

Os imóveis sob responsabilidade da CFIAe, aí incluídos os terrenos destinados à construção dos empreendimentos habitacionais e os recebidos por reintegração de posse, não são inseridos no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, uma vez que não são conceituados como de uso especial, mas sim atendem, especificamente, ao objetivo da Autarquia, qual seja a venda a seus beneficiários, prevista na letra "a" do Art. 3º , da Lei nº 6.715, de 12 NOV 1979, que criou a Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe. Vale ainda, considerar neste contexto, o disposto no Art. 23 do Decreto nº 84.457, de 31 JAN 1980, que regulamenta a Lei de Criação da Autarquia, que estabelece: "*Os imóveis de propriedade da CFIAe serão considerados próprios nacionais para todos os efeitos,* ***exceto para o de registro ou inscrição no domínio da União****, (grifo nosso), inclusive aqueles destinados à venda a seus beneficiários, até a transferência dos mesmos aos promitentes compradores, mediante escritura de compra e venda"*. Tais imóveis são originários de cessões da Secretaria do Patrimônio da União, no caso terrenos, e utilizados para a construção de empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

Os imóveis sofrem inspeções rotineiras, a fim de se verificar eventuais problemas de ordem física e de segurança.

Foram identificados os seguintes riscos relacionados à gestão dos imóveis: invasão; depredação do cercado, muros e despejo de lixo por terceiros.

Para mitigar os riscos acima relacionados, foram adotados os seguintes procedimentos: inspeções periódicas nos imóveis, ações de presença, proteção dos terrenos com cercas de arame, moirões e muros de alvenaria, que constantemente são recuperados.

4.2.1.2. Imóveis Funcionais da União sobre Responsabilidade da CFIAe

A sede da CFIAe está situada em um prédio do Comando da Aeronáutica, cujo responsável pelo Patrimônio Imobiliário é o Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ). A CFIAe arca apenas com as despesas de manutenção e limpeza das áreas onde funcionam as dependências da Autarquia, conforme consta no Quadro A.4.1.4.1.

4.2.2. Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Políticas ou Privadas

Não se aplica.

4.2.3. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica.

4.3. Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.1. Principais Sistemas de Informações

A área de TI da CFIAe é formada pelos seguintes tipos de servidores: primário, secundário e de arquivos, que atendem a rede interna de computadores da Autarquia, um servidor LINUX para o SCCI (Sistema de Controle de Crédito Imobiliário); dois servidores, primário e secundário, disponíveis para o site da CFIAe e para o SIG (Sistema de Informações Gerenciais), localizados na sala cofre do CCA-RJ (Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro), e os dois servidores de backup, um na sede da Autarquia e outro na sala cofre do CCA-RJ (Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro).

Os sistemas computacionais utilizados diretamente relacionados aos Macroprocessos Finalísticos, de Apoio e aos Objetivos Estratégicos, desta Autarquia, e que constam do PDTI são:

- Sistema de Informações Gerenciais (SIG):

Desenvolvido para auxiliar as atividades administrativas e gerenciais da CFIAe, as quais não são contempladas pelo Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

- Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI):

Desenvolvido para o controle de crédito imobiliário, cuja finalidade é dar subsídios ao Agente Financeiro para que este possa administrar seus créditos em carteira, dando-lhe total apoio, desde a concessão até a finalização do crédito, inclusive, quanto à habilitação ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

- Site CFIAe – www.cfiae.aer.mil.br **/** www.cfiae.intraer

Apresenta informações dos empreendimentos disponíveis, para o efetivo do COMAER, permitindo o cadastro dos pretendentes, as facilidades para a escolha do melhor financiamento imobiliário e o histórico da Autarquia.

Os recursos humanos lotados para atender o setor de Tecnologia da Informação compõem-se de três analistas de sistemas, sendo que um destes está em fase de aposentadoria, dois técnicos em TI, uma desenvolvedora de programas, todos integrantes do Quadro de Militares e Civis do Comando da Aeronáutica, e um estagiário. No exercício de 2016, foram desenvolvidos programas e relatórios para os módulos do SIG (Sistema de Informações Gerenciais), a fim de permitir uma melhor análise das informações disponíveis pelo usuário final.

Foi realizado, no exercício de 2016, o desenvolvimento do novo site da CFIAe na INTRAER, seguindo o padrão definido pelo CECOMSAER (Centro de Comunicação da Aeronáutica), para todos os sites do COMAER, permitindo uma maior facilidade no acesso pelos usuários finais, utilizando uma tecnologia mais atualizada. A realização deste projeto proporcionou a conclusão de meta do PDTI 2016, por meio de parceria com o CCA-BR (Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília), dentro do prazo determinado e sem a utilização de recursos financeiros.

No exercício de 2016 foi realizado o Curso de WEB MASTER, para o Adjunto da ATID.

Existe uma Comissão de Avaliação designada pela Portaria CFIAe nº 7-T de 22 JAN 2013, constituída por 04 (quatro) funcionários que se reuniram duas vezes no exercício, com a finalidade de analisar e avaliar as aquisições de equipamentos e contratação de serviços de Tecnologia da Informação. Esta Comissão está sendo transformada no Comitê Gestor de TI, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 4º da IN 04 SLTI/MP, de 11 SET 2014.

Os contratos de serviços e equipamentos relativos à área de tecnologia de informação, no exercício, são listados no Quadro a seguir.

Quadro A.4.3.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2016

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2016
			CNPJ	Denominação		
005/CFIAe/14 1º Termo Aditivo	Licenciamento de Software (SCCI)	18/08/15 a 18/08/16	36.153.963/0001-72	PROGNUM	R$ 124.551,00 1º Termo Aditivo	R$ 72.654,75
005/CFIAe/14 2º Termo Aditivo	Licenciamento de Software (SCCI)	18/08/16 a 18/08/17	36.153.963/0001-72	PROGNUM	R$ 148.256,40 2º Termo Aditivo	R$ 61.773,50

Fonte: SIAFI 2016

Como medidas mitigadoras em uma possível dependência tecnológica da empresa contratada, responsável pela administração do sistema, foram desenvolvidos programas e relatórios no Sistema de Informações Gerenciais (SIG) e elaborado um Plano de Contingenciamento.

No contrato nº 005/CFIAe/14, assinado entre as partes, consta na cláusula 12, item 12.1.1 e no item 4.1.12 do Termo de Referência, a obrigação da contratada de colocar toda a base de dados a disposição da CFIAe, de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos, sem a quebra de sua rotina administrativa.

Para o gerenciamento do contrato nº 005/CFIAe/2014, a CFIAe elabora mensalmente o Relatório de Situação Contratual, no qual são relacionadas as ocorrências /discrepâncias observadas no período, no serviço de licença de software mídia eletrônica para o processamento do Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

Análise crítica:

Analisando a importância dos sistemas de informação, nos processos de tomada de decisão da Autarquia, podemos ressaltar que o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) é uma ferramenta indispensável, pois, apresenta o perfil dos beneficiários da CFIAe, com as suas necessidades e expectativas na aquisição da casa própria, proporcionando à Administração a correta decisão no tipo e local de empreendimento a ser lançado. Da mesma forma, o Sistema de Controle de Crédito Imobiliário é responsável pelo controle dos contratos de financiamentos imobiliários entre a CFIAe e seus beneficiários, bem como o controle contábil das receitas e das despesas. Os dois sistemas se completam e têm atendido as necessidades da Autarquia.

4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Anexo ao Planejamento Estratégico da CFIAe, existe o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cuja finalidade é estabelecer o planejamento para o desenvolvimento da tecnologia da informação da Autarquia. Anualmente, o PDTI é revisado e adequado a novas tecnologias, e se necessário, são adquiridos novos equipamentos. Ao final do exercício de 2016, foi elaborado o PDTI de 2017 a 2019.

4.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

4.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação dos Serviços ou Obras

A CFIAe não possui o Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), e não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), entretanto em todo processo licitatório existe a

preocupação de se observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012. Os critérios e práticas de sustentabilidade são praticados e veiculados como consta do objeto da contratação dos serviços ou no fornecimento dos bens, com a premissa de preservar o caráter competitivo do certame, tais como os exemplos constantes dos itens abaixo:

- Aquisição de resmas de papel ofício e envelopes recicláveis;
- Lâmpadas à vapor metálico (Halogenetos);
- Prestadores de serviços de assistência técnica em aparelhos de refrigeração;
- Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de lâmpadas fluorescentes;
- Aquisição de serviços que envolvam o aluguel de veículos automotores (Só sendo admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei n° 9.660, de 1998);
- Obras ou serviços de engenharia, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.
- Serviços de limpeza e conservação, utilizando materiais recicláveis.

Os projetos dos empreendimentos da CFIAe somente são aprovados pela Prefeitura do Município onde serão construídos, se atendidas às exigências da NBR 9050, que trata da "Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos".

A CFIAe está situada no 11º andar do Prédio do COMAER no Rio de Janeiro, cuja responsabilidade pela conservação, manutenção e limpeza das instalações é do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP/RJ). A Autarquia normalmente já executa a separação dos resíduos recicláveis descartados, entretanto a sua destinação fica a cargo do GAP/RJ.

Análise Crítica: Apesar da área que sua sede ocupa ser de responsabilidade de outra Organização e de não possuir um Plano de Gestão Logística Sustentável, a CFIAe tem envidado esforços no sentido de implantar uma política de sustentabilidade para atender os requisitos previstos no Decreto nº 7.746/2012. Com relação à construção de empreendimentos, a Autarquia não possui uniformização quanto aos procedimentos a serem seguidos, com iniciativas isoladas no âmbito de sua competência para adoção de ações sustentáveis, respeitando as regras ambientais da localidade onde o empreendimento deverá ser construído.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de Acesso do Cidadão

A CFIAe mantém os seguintes canais de acesso para atender demandas de seus beneficiários e de todos os cidadãos interessados:

a) Site da Organização, www.cfiae.aer.mil.br;
   O site da CFIAe não recebeu, durante o exercício de 2016, reclamações, sugestões ou elogios.
b) Ouvidoria, que se encontra localizada no 11º andar, na sede da Organização.
   A Ouvidoria recebeu, durante o exercício de 2016, 31 (trinta e um) contatos para informações pelo e-mail do setor. Quando não respondidas prontamente, foram encaminhadas aos setores competentes que fossem providenciadas as respostas sobre o que foi requerido. Por telefone, não foram recebidas reclamações, sugestões ou elogios.
c) Carta de Serviços ao Cidadão.
d) Cartilha "Entenda a Lei de Acesso a Informação - Lei nº 12.527/11."

5.2. Cartas de Serviços ao Cidadão

A CFIAe tem publicada em seu site www.cfiae.aer.mil.br a Carta de Serviços ao Cidadão, prevista no Decreto nº 6.932/2009, cujo objetivo é orientar e informar a sociedade sobre a missão, os produtos e serviços prestados pela Autarquia e as formas de acessá-los. Nela, também, são divulgados os Canais de Comunicação, que visam estimular a participação, através de sugestões e críticas, as quais contribuem para elevar os padrões de atendimento e aperfeiçoar os serviços da Instituição.

5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos - Usuários

Existe um Indicador de Qualidade para verificar o nível de satisfação dos beneficiários em relação ao produto (empreendimento habitacional) promovido pela CFIAe após a entrega ao adquirente da sua unidade residencial. No presente exercício não houve possibilidade de medição em virtude de não ter sido entregue nenhum empreendimento.

5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

No site da Autarquia, www.cfiae.aer.mil.br, constam todas as informações sobre a sua missão, organização e os produtos e serviços prestados a seus beneficiários. No site http://www2.fab.mil.br/cenciar/index.php/auditorias poderão ser encontradas informações do Relatório de Gestão da CFIAe e Acórdãos relacionados.

Conforme item 5.1, a CFIAe também dispõe de uma Ouvidoria localizada na Secretaria da Presidência e uma Unidade de Atendimento ao Público com a finalidade de receber as manifestações dos beneficiários, servidores, cidadãos, prestadores de serviço e instituições quanto aos serviços e atendimentos prestados pela Autarquia e outros assuntos relacionados à Instituição, disponíveis a quaisquer interessados em apresentar pedido de acesso à informações sobre a Organização, por qualquer meio legítimo.

O trâmite das demandas apresentadas, desde o seu cadastramento inicial, até a resposta encaminhada ao cidadão, é gerenciado pela Chefia do Gabinete Administrativo da Autarquia. A solicitação de informação é feita por meio de formulário onde contém o destinatário, a identificação do requerente e a descrição da informação solicitada. Estas são analisadas quanto a eventuais restrições de acesso às informações sigilosas ou de caráter pessoal. O acesso às informações classificadas como sigilosas ficam restritas às pessoas que tenham necessidade de conhecê-las e que

sejam devidamente credenciadas na forma da legislação, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

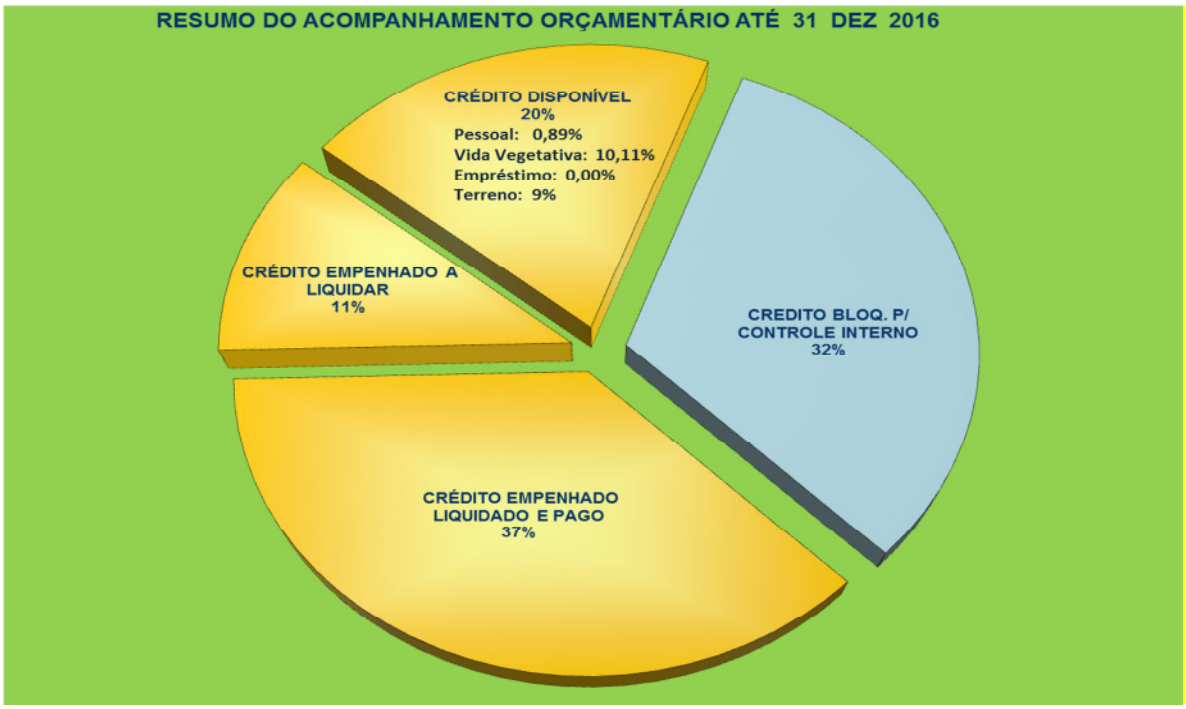
Existem documentos internos em forma de Normas de Serviço, mas de conteúdo ostensivo a qualquer cidadão, que normatizam os procedimentos da Autarquia. São eles: A NS nº 021/DE/2008 - Atendimento ao Beneficiário – que tem por finalidade disciplinar os procedimentos visando dar atendimento ágil, seguro e eficaz aos beneficiários da Autarquia, a NS nº 039/GADM/2012 – Sistema de Informação ao Cidadão – que estabelece os procedimentos para receber, analisar e responder às solicitações de informações conforme previstas na Lei 12.527, de 18 NOV 2011, regulamentada pelo Decreto Nº 7.724, de 16 MAIO 2012, que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e a NS nº 010/PRES/2015, cuja finalidade é normatizar as atividades da Ouvidoria da CFIAe.

A Autarquia desenvolveu, no exercício, uma cartilha denominada "Entenda a Lei de Acesso a Informação-LAI" (Lei nº 12.527, de 18 NOV 2011) com a finalidade de demonstrar as bases normativas, conceituais e operacionais na aplicação da LAI e orientar o efetivo, a fim de oferecer subsídios aos cidadãos para realização consciente e eficiente dos atos relacionados ao acesso a informação.

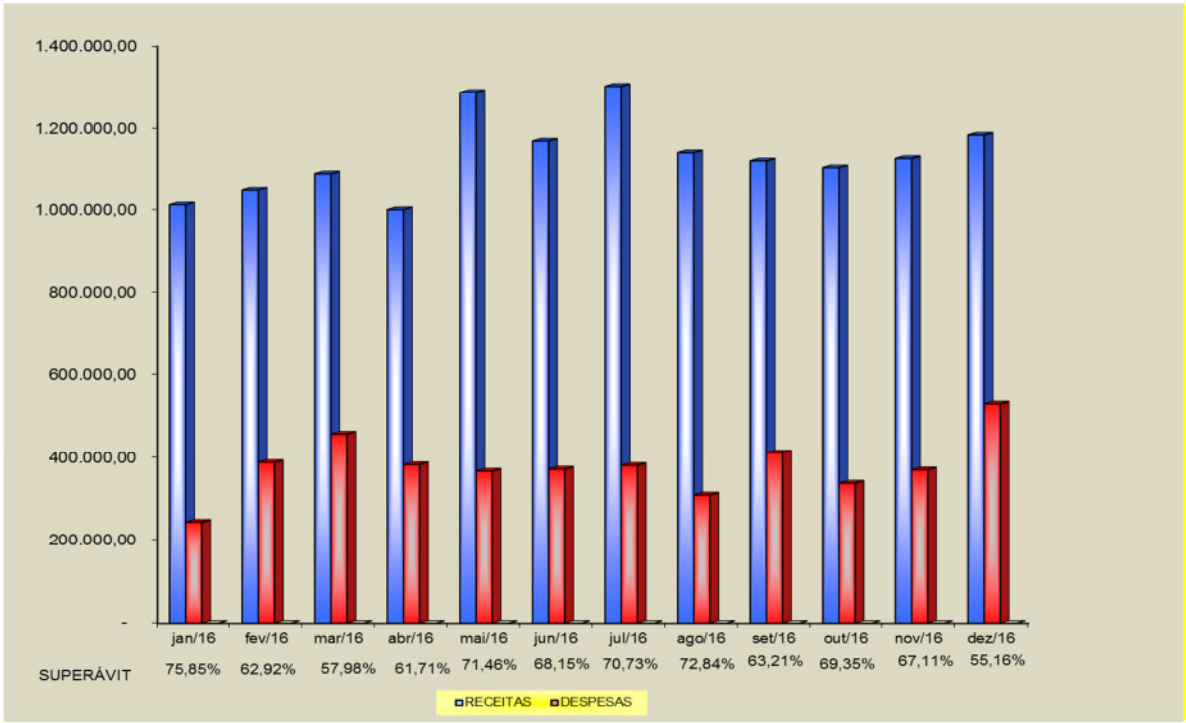
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho Financeiro no Exercício

6.1.1 Acompanhamento orçamentário durante o exercício



6.1.2 Acompanhamento de Receitas e Despesas da CFIAe durante o exercício



6.1.3 Análise Crítica:

Em termos gerais as dotações orçamentárias aprovadas na LOA 2016 foram suficientes para atender às necessidades da CFIAe ao longo do exercício. Entretanto, houve um corte de R$

700.000,00 nos créditos destinados ao custeio da vida vegetativa da Organização e R$ 1.800.000,00 nos créditos para investimentos, mas sem que o planejamento previsto no Programa de Trabalho Anual fosse afetado substancialmente. As metas não prioritárias foram redimensionadas e outras foram transferidas para o exercício de 2017. Em função das ações tomadas, houve uma evolução positiva de 11,01% (R$ 95.702.000,88 em 2015 para R$ 106.238.867,53 em 2016) do Patrimônio Líquido no exercício, conforme demonstrada na tabela a seguir.

Tabela III - Situação Econômico-Financeira

RESULTADOS DOS BALANÇOS	31/12/2015	31/12/2016
SUPERAVIT FINANCEIRO	**65.147.883,88**	**74.234.876,35**
RESULTADO POSITIVO	**30.554.117,00**	**32.003.991,18**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO SUPERAVITÁRIO	**95.702.000,88**	**106.238.867,53**

Fonte: Balanço Patrimonial do exercício (31 DEZ 2016)

6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Em cumprimento às orientações normativas, elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, esta Autarquia adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10, e observou, ainda, as instruções constante do item 7.4.13 e 7.4.14, do Módulo 7 – Execução Patrimonial do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER (MCA 172-3).

Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Prestadora de Contas adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

- a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.2.3.1.0.00.00;

- no exercício a Autarquia foi inserida no Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS), tendo havido a migração dos bens patrimoniais da CFIAe, do Sistema Patrimonial (SISPAT) para o supracitado Sistema, a contar de abril de 2016. Nos procedimentos de migração foram realizados ajustes dos valores e tempo de vida útil dos bens. As atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado. Em função disso, a depreciação, executada pelo próprio Sistema, passou de R$ 85.545.19, no exercício anterior para R$ 77.391,37, no presente exercício, conforme discriminado no Quadro A.8.4.3, constante do Anexo.

6.3. Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da CFIAe

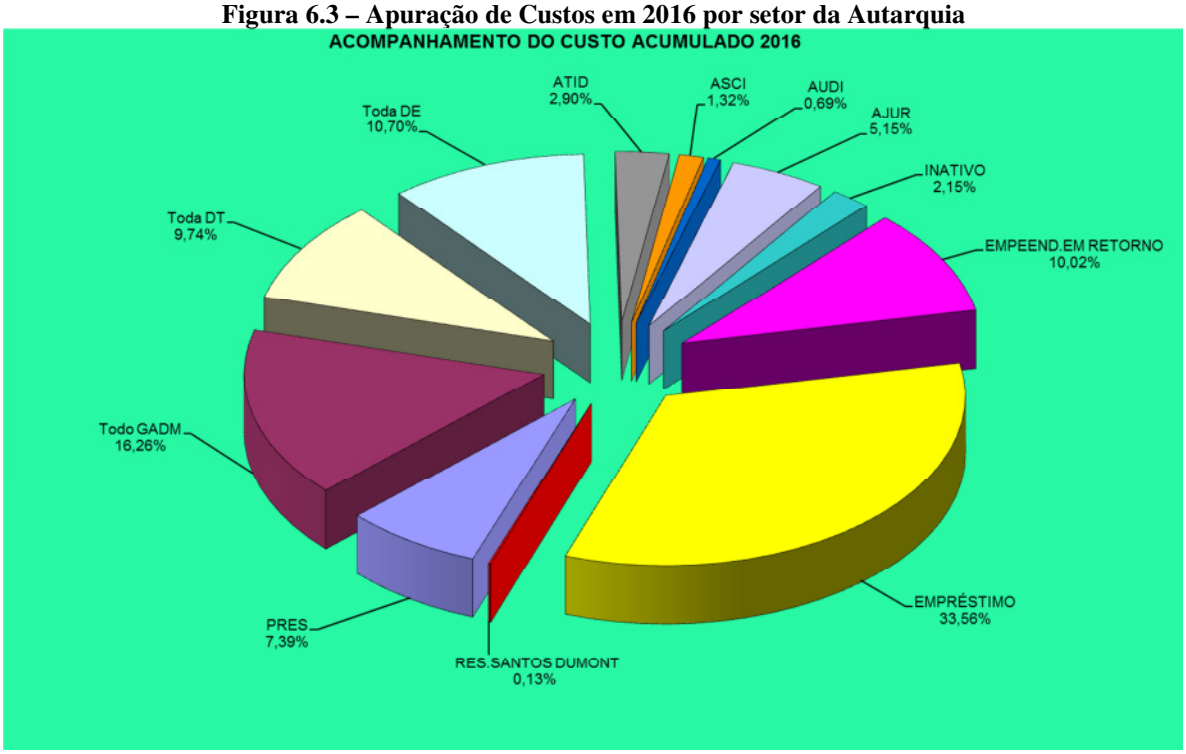
A CFIAe não utiliza o SIC (Sistema de Informações de Custos do Governo Federal), mas apresenta um demonstrativo consolidado das despesas com informações extraídas do SIAFI, relacionadas à manutenção da vida vegetativa da Unidade e funcionamento de suas atividades. No exercício de 2016, a apuração das despesas apresentou os dados demonstrados conforme quadro a seguir:

Quadro 6.3 – Despesas em 2016 - Geral

DESPESAS	TOTAL GERAL (R$)
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS	1.376.381,59
PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS	80.796,53
DIÁRIAS	31.376,65
PASSAGENS	59.289,03
MATERIAL DE CONSUMO	134.209,11
SERVIÇOS DE MANUTENÇÂO E LIMPEZA	109.502,00
SERVIÇOS DE TELEFONIA	39.911,95
SEGUROS E FCVS	134.895,93
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	2.031,76
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1.000,26
OUTROS SERVIÇOS	329.786,80
EMPRÉSTIMOS	1.200.000,00
MATERIAL PERMANENTE	75.387,84
SOMA	**3.574.569,45**

Fonte: SIAFI 2016

Figura 6.3 – Apuração de Custos em 2016 por setor da Autarquia



6.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão registradas no SIAFI e constam do Anexo 8.4 do presente Relatório.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Não há informações para este item no corrente exercício.

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

O órgão de controle interno ao qual esta Autarquia se vincula é o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR). No exercício, as poucas recomendações do CENCIAR foram todas atendidas em virtude de terem sido de simples solução, não causando nenhum prejuízo ao erário ou a gestão da CFIAe.

O tratamento dado às recomendações começa quando o CENCIAR as encaminha por Ofício a esta Autarquia, que por intermédio da Assessoria de Auditoria Interna (AUDI) toma às devidas providências junto ao Controle Interno e demais setores da CFIAe. As ações corretivas tomadas são descritas em Relatório próprio com as suas respectivas soluções, comprovações e enviado ao CENCIAR, para conhecimento, certificação e finalização do processo.

7.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Não há informações para este subitem. No exercício não se observou a ocorrência do evento.

7.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

A CFIAe segue rigorosamente o Cronograma de Pagamento das Obrigações, conforme disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993, a não ser que a Comissão de Recebimento do Material/Serviço ou o servidor (Fiscal de Contrato) responsável pelo recebimento constate alguma irregularidade ou discrepância com relação à documentação, à qualidade e a quantidade do serviço/material adquirido, interrompendo o pagamento da respectiva Nota Fiscal, até que seja solucionada a questão.

7.5. Informações sobre Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

O Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (TC nº 013.515/2013-6) expôs a necessidade de revisão dos referidos contratos, especialmente os de prestação de serviços, em razão da redução dos custos obtida por fornecedores como resultado da desoneração da folha de pagamento.

Em 02 OUT 2014, representantes das entidades beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento ingressaram com pedido de reexame, junto ao Tribunal de Contas da União, dos efeitos dos itens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão.

Em consequência, não houve revisão dos termos de contrato celebrados com empresas beneficiadas com a desoneração da folha. A CFIAe aguarda decisão final do TCU acerca do tema para adotar procedimentos necessários.

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Situação dos Empreendimentos

Tabela I – Situação dos Empreendimentos

Empreendimento / Local	Qtd	Und	Referência (exercício anterior Etapas executadas até 31/12/2015)	Previsto (Etapas previstas a serem executadas até 31/12/2016)	Executado (Etapas executadas em 2016)	Previsão para 2017
Residencial. Solar do Bosque Rio de Janeiro – RJ	180	Apto	- demanda potencial; - terreno; - definição do projeto; -escolha da construtora; e -aprovação do projeto. Estas Etapas correspondem a 33% do executado acumulado do empreendimento.	-qualificação da demanda; -celebração do contrato; -ITBI/RGI; e -5% da etapa de execução das obras. Cumprir estas Etapas corresponde alcançar a 50,25% do executado acumulado do empreendimento.	-qualificação da demanda. Alcançado 38% do executado acumulado do empreendimento.	Alcançar 63% do total do empreendimento, correspondente às fases previstas para 2016, indicadas no quadro anterior referente ao empreendimento, incluindo a celebração dos contratos, ITBI/RGI e aproximadamente 33% da fase de execução das obras.
Residencial Rio-Mar Belém – PA	245	Casa	- demanda potencial; - terreno; - definição do projeto; -escolha da construtora; e Estas Etapas correspondem a 25% do executado acumulado do empreendimento.	-aprovação do projeto; -qualificação da demanda; -celebração do contrato; -ITBI/RGI; e -5% da execução das obras. Cumprir estas Etapas corresponde a alcançar 50,25% do total do empreendimento.	Não houve o cumprimento das etapas previstas permanecendo o executado acumulado em 25% do empreendimento.	Solucionar as pendências com a Caixa Econômica Federal e a Superintendência do Patrimônio da União, de modo a manter a meta de 25% do total do empreendimento, já alcançada.
Residencial Morada do Sol Fortaleza – CE	120	Casa	- demanda potencial; - terreno; e - definição do projeto. Estas Etapas correspondem a 19% do executado acumulado do empreendimento.	-aprovação do projeto; -escolha da construtora; -qualificação da demanda; -celebração do contrato; -ITBI/RGI; e -5% da execução das obras. Cumprir estas Etapas corresponde a alcançar 50,25% do total do empreendimento.	Não houve o cumprimento das etapas previstas permanecendo o executado acumulado em 19% do empreendimento.	Alcançar a meta de 27% do total do empreendimento, com a aprovação dos projetos complementares, porém sem a Escolha da Construtora, pois esta será postergada por questões estratégicas.
Empreendimento no Município de Canoas – RS	160	Apto	- demanda potencial; - terreno; e - definição do projeto. Estas Etapas correspondem a 19% do executado acumulado do empreendimento.	Para o exercício de 2016 não há metas definidas.	Iniciado o processo administrativo para aprovação do projeto, junto à Prefeitura Municipal de Canoas – RS, permanecendo o executado acumulado em 19% do empreendimento.	Alcançar a meta de 27% do total do empreendimento, com a Aprovação do Projeto, porém sem a Escolha da Construtora, pois esta será postergada por questões estratégicas.

Fonte: Diretoria Técnica da CFIAe

8.2. Despesas com Pessoal

Quadro A.8.2 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Indenizações (Diárias)	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Militar da Ativa												
Exercícios	**2016**						16.187,30					16.187,30
	2015	-	-	-	-	-	5.910,70	-	-	-	-	5.910,70
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão												
Exercícios	**2016**	26.962,68	-	30.697,26	1438,78	11.719,70	-	12.685,10	-	-	-	83.503,54
	2015	26.308,08	-	29.804,34	1438,78	11.192,46	-	12.344,67	-	-	-	81.088,33
Servidores com Contratos Temporários												
Exercícios	**2016**						7.933,80					7.933,80
	2015	-	-	-	-	-	3.173,50	-	-	-	-	3.173,50
Servidores Aposentados												
Exercícios	**2016**	16.945,77	45.600,00	14.263,27	-	-	-	-	-	-	-	76.809,04
	2015	16.534,32	45.600,00	13.939,60	-	-	-	-	-	-	-	76.073,92
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial												
Exercícios	**2016**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
Exercícios	**2016**	-	775.231,72	79.248,48	36.244,21	62.099,48	7.255,55	186.031,29	9.955,21	-	-	1.156.065,94
	2015	-	730.548,01	64.771,04	30.030,79	50.398,51	6.281,10	179.069,96	17.857,36	-	-	1.078.956,77
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas												
Exercícios	**2016**	-	19.816,99	37.117,58	1.295,34	-	-	-	9.028,71	-	-	67.258,62
	2015	-	18.411,37	40.621,27	2.766,54	-	-	-	8.944,08	-	-	70.743,26

Fonte: SIAFI 2015/2016

TOTAL FOLHA PGTO 2016 : 1.376.381,59 DIÁRIAS 2016: 31.376,65 = 1.407.758,24

8.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.8.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica					**Código UO: 52211**				**UGO: 123001**	
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**RP processados**		**Valores Pagos**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
1. Despesas de Pessoal	**1.407.758,24**	**1.315.946,48**	**1.407.758,24**	**1.315.946,48**	-	-	-	**475,55**	**1.407.758,24**	**1.315.470,93**
33190.01	76.809,04	76.073,92	76.809,04	76.073,92	-	-	-	-	76.809,04	76.073,92
33190.11	1.008.053,04	946.506,72	1.008.053,04	946.506,72	-	-	-	475,55	1.008.053,04	946.031,17
33191.13	198.716,41	191.414,63	198.716,41	191.414,63	-	-	-	-	198.716,41	191.414,63
33190.16	18.983,92	24.994,94	18.983,92	24.994,94	-	-	-	-	18.983,92	24.994,94
33390.93	5.486,88	4.381,24	5.486,88	4.381,24	-	-	-	-	5.486,88	4.381,24
33390.08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33390.14	7.255,55	6.281,10	7.255,55	6.281,10	-	-	-	-	7.255,55	6.281,10
33390.15	24.121,10	9.084,20	24.121,10	9.084,20	-	-	-	-	24.121,10	9.084,20
33390.46	57.212,32	46.777,65	57.212,32	46.777,65	-	-	-	-	57.212,32	46.777,65
33390.49	11.119,98	10.432,08	11.119,98	10.432,08	-	-	-	-	11.119,98	10.432,08
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	**1.113.118,66**	**969.459,16**	**891.423,37**	**772.681,57**	**221.695,29**	**196.777,59**	-	-	**891.423,37**	**772.681,57**
33390.30	157.972,91	73.737,79	134.209,11	69.037,12	23.763,80	4.700,67	-	-	134.209,11	69.037,12
33390.33	65.263,34	52.015,14	59.289,03	25.455,19	5.974,31	26.559,95	-	-	59.289,03	25.455,19
33390.36	790,00	11.000,00	790,00	11.000,00	-	-	-	-	790,00	11.000,00
33390.39	832.569,08	782.798,39	665.159,85	644.833,21	167.409,23	137.965,18	-	-	665.159,85	644.833,21
33391.39	31.346,46	35.090,74	7.162,84	7.646,35	24.183,62	27.444,39	-	-	7.162,84	7.646,35
33390.47	25.018,87	12.617,10	24.654,54	12.509,70	364,33	107,40	-	-	24.654,54	12.509,70
33391.47	158,00	2.200,00	158,00	2.200,00	-	-	-	-	158,00	2.200,00
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**RP processados**		**Valores Pagos**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**

4. Investimentos	**76.947,84**	**90.277,83**	**75.387,84**	**90.277,83**	**1.560,00**	**-**	**-**	**-**	**75.387,84**	**90.277,83**
34490.52	76.947,84	90.277,83	75.387,84	90.277,83	1.560,00	-	-	-	75.387,84	90.277,83
5. Inversões Financeiras	**2.050.000,00**	**703.980,00**	**1.200.000,00**	**703.980,00**	**850.000,00**	**-**	**-**	**-**	**1.200.000,00**	**703.980,00**
34590.66	1.200.000,00	703.980,00	1.200.000,00	703.980,00	-	-	-	-	1.200.000,00	703.980,00
34590.61	850.000,00	-	-	-	850.000,00	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34690.71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2015 e 2016

Legenda:
33190.01 - Aposentadoria RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
33190.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
33191.13 - Obrigações Patronais - Op. Intra Orçamentária
33190.16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
33390.93 – Indenizações e Restituições
33390.08- Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar
33390.14 - Diárias - Pessoal Civil
33390.15 - Diárias - Pessoal Militar
33390.46 - Auxílio-Alimentação
33390.49 - Auxílio-Transporte
33390.30 - Material de Consumo
33390.33 - Passagens e Despesas com locomoção
33390.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
33390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
33391.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Op. Intra Orçamentária
34490.52 - Equipamentos e Material Permanente
34590.66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos
34690.71 - Amortização da Dívida Contratual Interna
33390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
33391.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas – Intra Orçamentária
34590.61 – Aquisição de Imóveis

8.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

Quadro A.8.4.1 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
23/01/2017	1

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	**11.926.961,88**	**11.164.598,44**	**Despesas Orçamentárias**	**4.647.824,74**	**3.079.663,47**
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	**1.350.419,71**	**1.262.006,97**
Vinculadas	**11.935.207,71**	**11.177.266,50**	**Vinculadas**	**3.297.405,03**	**1.817.656,50**
Alienação de Bens e Direitos	18.000,00		Seguridade Social (Exceto RGPS)	20.475,00	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	11.917.207,71	11.177.266,50	Operação de Crédito		34.192,97
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.245,83	-12.668,06	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.276.930,03	1.783.463,53
Transferências Financeiras Recebidas	**2.740.273,18**	**2.849.063,09**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**1.338.792,21**	**1.563.347,61**
Resultantes da Execução Orçamentária	1.427.288,00	1.285.715,48	Resultantes da Execução Orçamentária	25.807,03	-
Repasse Recebido	1.427.288,00	1.285.715,48	Repasse Devolvido	25.807,03	
Independentes da Execução Orçamentária	1.312.985,18	1.563.347,61	Independentes da Execução Orçamentária	1.312.985,18	1.563.347,61
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.312.985,18	1.563.347,61	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.312.985,18	1.563.347,61
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**1.088.564,43**	**197.253,14**	**Despesas Extraorçamentárias**	**735.363,43**	**369.286,64**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	475,55	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	475,55	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.073.255,29	196.777,59	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	77.579,94	301.365,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.309,14	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.225,24	4.445,36
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	642.082,70	63.475,55
			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		63.475,55
			Demais Pagamentos	642.082,70	
Saldo do Exercício Anterior	**65.201.141,14**	**56.002.524,19**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**74.234.960,25**	**65.201.141,14**
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.201.141,14	56.002.524,19	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.234.960,25	65.201.141,14
TOTAL	**80.956.940,63**	**70.213.438,86**	**TOTAL**	**80.956.940,63**	**70.213.438,86**

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
23/01/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**7.702.827,00**	**7.702.827,00**	**11.706.302,79**	**4.003.475,79**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**6.026.102,00**	**6.026.102,00**	**9.305.122,76**	**3.279.020,76**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	6.026.102,00	6.026.102,00	9.305.122,76	3.279.020,76
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**1.446.823,00**	**1.446.823,00**	**2.399.229,65**	**952.406,65**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	116.865,00	116.865,00	1.095.975,98	979.110,98
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	1.329.958,00	1.329.958,00	1.303.253,67	-26.704,33
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**229.902,00**	**229.902,00**	**1.950,38**	**-227.951,62**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	229.902,00	229.902,00	1.950,38	-227.951,62
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**1.067.601,00**	**1.067.601,00**	**220.659,09**	**-846.941,91**
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	**141.952,00**	**141.952,00**	**54.000,00**	**-87.952,00**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	141.952,00	141.952,00	54.000,00	-87.952,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**925.649,00**	**925.649,00**	**166.659,09**	**-758.989,91**
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
23/01/2017	2

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**8.770.428,00**	**8.770.428,00**	**11.926.961,88**	**3.156.533,88**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**8.770.428,00**	**8.770.428,00**	**11.926.961,88**	**3.156.533,88**
TOTAL	**8.770.428,00**	**8.770.428,00**	**11.926.961,88**	**3.156.533,88**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**3.648.552,00**	**2.952.999,00**	**2.520.876,90**	**2.299.181,61**	**2.299.181,61**	**432.122,10**
Pessoal e Encargos Sociais	**1.359.288,00**	**1.359.288,00**	**1.302.562,41**	**1.302.562,41**	**1.302.562,41**	**56.725,59**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**2.289.264,00**	**1.593.711,00**	**1.218.314,49**	**996.619,20**	**996.619,20**	**375.396,51**
DESPESAS DE CAPITAL	**6.058.705,00**	**6.058.705,00**	**2.126.947,84**	**1.275.387,84**	**1.275.387,84**	**3.931.757,16**
Investimentos	**250.000,00**	**250.000,00**	**76.947,84**	**75.387,84**	**75.387,84**	**173.052,16**
Inversões Financeiras	**5.758.705,00**	**5.758.705,00**	**2.050.000,00**	**1.200.000,00**	**1.200.000,00**	**3.708.705,00**
Amortização da Dívida	**50.000,00**	**50.000,00**	-	-	-	**50.000,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**634.959,00**	**634.959,00**	-	-	-	**634.959,00**
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**10.342.216,00**	**9.646.663,00**	**4.647.824,74**	**3.574.569,45**	**3.574.569,45**	**4.998.838,26**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2016
PERIODO	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	23/01/2017
PAGINA	3

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**10.342.216,00**	**9.646.663,00**	**4.647.824,74**	**3.574.569,45**	**3.574.569,45**	**4.998.838,26**
SUPERÁVIT			**7.279.137,14**			**-7.279.137,14**
TOTAL	**10.342.216,00**	**9.646.663,00**	**11.926.961,88**	**3.574.569,45**	**3.574.569,45**	**-2.280.298,88**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	**196.777,59**	**77.579,94**	**77.579,94**	**119.197,65**	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	**196.777,59**	**77.579,94**	**77.579,94**	**119.197,65**	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	**196.777,59**	**77.579,94**	**77.579,94**	**119.197,65**	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
DESPESAS CORRENTES	-	**475,55**	**475,55**	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	**475,55**	**475,55**	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	**475,55**	**475,55**	-	-

Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
23/01/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	**80.278.643,85**	**69.542.771,68**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**83,90**	**53.257,26**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**74.234.960,25**	**65.201.141,14**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Créditos a Curto Prazo	**2.935.008,45**	**2.694.590,93**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.935.008,45	2.694.590,93	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	**1.191,76**	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
Estoques	**3.108.675,15**	**1.645.847,85**	**Provisões de Curto Prazo**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**83,90**	**53.257,26**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**26.208.115,22**	**26.484.920,90**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**247.807,64**	**272.434,44**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**25.769.790,16**	**25.399.363,72**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	-	-
Créditos a Longo Prazo	16.117.520,07	16.680.135,02	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**247.807,64**	**272.434,44**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	16.117.520,07	16.680.135,02	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	9.652.270,09	8.719.228,70	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Investimentos	-	-	**Provisões de Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Resultado Diferido**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**247.891,54**	**325.691,70**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Reservas de Capital**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Reservas de Lucros**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**Demais Reservas**	-	-
Imobilizado	**438.325,06**	**1.085.557,18**	**Resultados Acumulados**	**106.238.867,53**	**95.702.000,88**
Bens Móveis	438.325,06	1.085.557,18	Resultado do Exercício	10.538.058,41	8.371.344,87
Bens Móveis	515.716,43	1.171.102,37	Resultados de Exercícios Anteriores	95.702.000,88	87.330.656,01
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-77.391,37	-85.545,19	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.191,76	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
Bens Imóveis	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**106.238.867,53**	**95.702.000,88**
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			

Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2016
PERIODO	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	23/01/2017
PAGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**106.486.759,07**	**96.027.692,58**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**106.486.759,07**	**96.027.692,58**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	**74.234.960,25**	**65.201.141,14**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.073.339,19**	**250.034,85**
ATIVO PERMANENTE	**32.251.798,82**	**30.826.551,44**	**PASSIVO PERMANENTE**	**247.807,64**	**272.434,44**
			SALDO PATRIMONIAL	**105.165.612,24**	**95.505.223,29**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**13.283,82**	**11.080,71**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**120.613,15**	**181.500,08**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	13.283,82	11.080,71	Execução dos Atos Potenciais Passivos	120.613,15	181.500,08
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	13.283,82	11.080,71	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	120.613,15	181.500,08
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**13.283,82**	**11.080,71**	**TOTAL**	**120.613,15**	**181.500,08**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**69.027,02**
Recursos Vinculados	**73.092.594,04**
Operação de Crédito	14.340,95
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	73.078.253,09
TOTAL	**73.161.621,06**

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
23/01/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**17.602.715,22**	**16.184.818,91**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**80.969,14**	**108.526,36**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	80.969,14	108.526,36
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**12.231.626,67**	**11.916.639,11**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.729.892,72	3.267.327,33
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.196.611,19	1.059.815,05
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	9.305.122,76	7.589.496,73
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**2.740.273,18**	**2.849.063,09**
Transferências Intragovernamentais	2.740.273,18	2.849.063,09
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**2.380.951,67**	**1.110.866,77**
Reavaliação de Ativos	1.423.506,97	45.911,61
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	36.000,00	606.813,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos	921.444,70	458.141,86
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**168.894,56**	**199.723,58**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2016
PERIODO	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	23/01/2017
PAGINA	2

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	168.894,56	199.723,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**7.064.656,81**	**7.813.474,04**
Pessoal e Encargos	**1.299.572,55**	**1.246.439,17**
Remuneração a Pessoal	1.027.036,96	993.433,57
Encargos Patronais	198.716,41	191.414,63
Benefícios a Pessoal	73.819,18	61.590,97
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**76.809,04**	**76.073,92**
Aposentadorias e Reformas	76.809,04	76.073,92
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**1.656.213,41**	**1.135.306,18**
Uso de Material de Consumo	67.036,96	103.065,03
Serviços	855.694,75	971.780,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	713.481,70	60.460,94
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**6.944,54**	**10.474,36**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	6.944,54	10.474,35
Descontos Financeiros Concedidos	-	0,01
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**2.175.883,86**	**1.958.339,24**
Transferências Intragovernamentais	2.175.883,86	1.958.339,24
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**1.848.939,74**	**186.109,80**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	9.172,51	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	10.493,74
Incorporação de Passivos	-	52.781,71
Desincorporação de Ativos	1.839.767,23	122.834,35

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCICIO: 2016	PERIODO: DEZ(Encerrado)
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO: 23/01/2017	PAGINA: 3
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	**293,67**	**2.200,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	293,67	2.200,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	**3.198.531,37**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	3.198.531,37
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**10.538.058,41**	**8.371.344,87**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015

Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCICIO: 2016	PERIODO: DEZ(Encerrado)
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO: 23/01/2017	PAGINA: 1
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA		

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**10.088.347,86**	**8.335.899,22**
INGRESSOS	**14.461.885,11**	**12.331.590,68**
Receitas Derivadas e Originárias	**11.706.302,79**	**9.482.527,59**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.399.229,65	1.679.098,80
Remuneração das Disponibilidades	9.305.122,76	7.589.496,73
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.950,38	213.932,06
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**2.755.582,32**	**2.849.063,09**
Ingressos Extraorçamentários	15.309,14	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.740.273,18	2.849.063,09
DESEMBOLSOS	**-4.373.337,25**	**-3.995.708,46**
Pessoal e Demais Despesas	**-2.170.288,75**	**-2.157.214,35**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-2.093.479,71	-2.081.140,43
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-76.809,04	-76.073,92
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-

Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO DEZ(Encerrado)
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA	EMISSAO 23/01/2017	PAGINA 2
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-206.948,35**	**-207.217,59**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-206.948,35	-207.217,59
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-1.396.100,15**	**-1.631.268,52**
Dispêndios Extraorçamentários	-15.225,24	-4.445,36
Transferências Financeiras Concedidas	-1.338.792,21	-1.563.347,61
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-63.475,55
Demais Pagamentos	-642.082,70	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-1.054.728,75**	**862.726,73**
INGRESSOS	**220.659,00**	**1.682.070,85**
Alienação de Bens	**54.000,00**	**207.597,02**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**166.659,00**	**1.474.473,83**
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	**-1.275.387,84**	**-819.344,12**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-75.387,84**	**-115.364,12**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-1.200.000,00**	**-703.980,00**
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-

Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
23/01/2017	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.033.819,11	9.198.616,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	65.201.141,14	56.002.524,19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	74.234.960,25	65.201.141,14